



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE

THE CONSTRUCTION LICENSE PROCESS IN MAPUTO

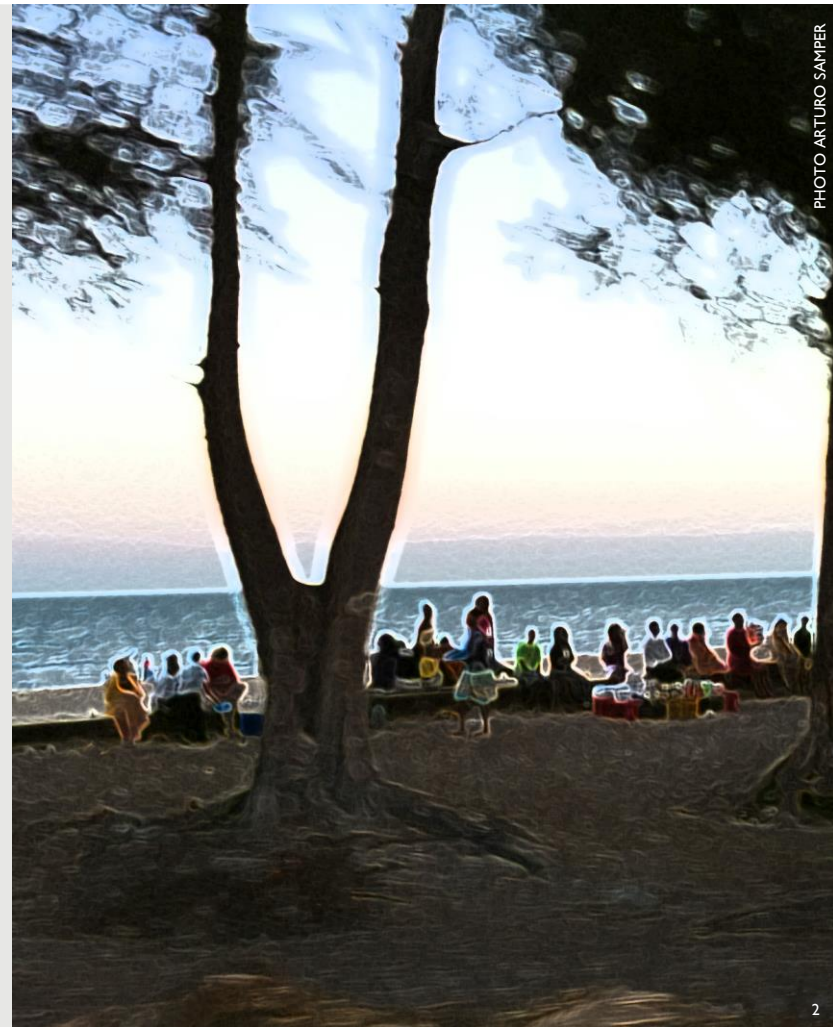
DEVELOPING AN INFORMATIONAL, INTERACTIVE
GUIDE TO THE BUSINESS COMMUNITY AND THE
GENERAL PUBLIC

ARTURO SAMPER
STELIA NAROTAM

OBJECTIVE OF THE TASK

To produce a guide that explains to the business community, and the general public, the process for obtaining a construction license in Maputo.

This is in response to the 2018 Doing Business Report, which recommended enhancing access to the information available to the developer regarding the process, as a means to maintaining / bettering Mozambique's ranking on the “dealing with construction licenses” indicator.



AT ISSUE:

A 'messy', complex process, open in many ways to ad-hoc, sometimes illegal practices. Clarity through a guide is an important step and has never been done before.

Steps:

Phase 1 - Identify and map current construction licensing process.

- A guide.
- Informational website.
- Online processing.

Phase 2 - Identify areas for reform.

Phase 3 - DUATs



Conselho Municipal de Maputo

GUIÃO PARA OBTENÇÃO DE UMA LICENÇA DE CONSTRUÇÃO EM MAPUTO

Com o apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), por meio do projeto *Facilitando o Ambiente de Negócios Para o Crescimento Económico de Moçambique (SPEED +)*

OVERALL AIM WRITTEN GUIDE



'INFORMATIONAL' WEB PAGE



WEB-BASED PROCESSING SERVICE

Conselho Municipal de Maputo

GUIÃO PARA OBTENÇÃO DE UMA LICENÇA DE CONSTRUÇÃO EM MAPUTO

Henihitatur molore

Condomínio pátalosus veniosid exes quastobrene pti ve-
lendar susUmisserare semipost, si doliustaque arunto
que omniaa Quatid. Requisi in pispai entidacacupe
voluptat, consecta porporibus. Duis mollisi, asiduatam
as di offic, test, quis exipiant, lo maione pliquam. Ant
cipat, qui com repti doloerat sus cum, searum, sem v.

Conselho Municipal de Maputo Endereço:
123 Street Name, City Name,
State, Country 12345

USAID
SPEED+

Our task (@90%)

Conselho Municipal de Maputo

PASSO 2 — SUBMISSÃO DE PASTAS DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO E VERIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO SUBMETIDA

Uma vez reunida toda a documentação de acordo com os requisitos estabelecidos no passo anterior, o Requerente deve comparecer ao gabinete da Secretária-geral da DMO-TC, para iniciar o processo de revisão do projecto de arquitectura e apresentação da informação.

ATENÇÃO AO PÚBLICO

Havendo necessidade de dar resposta ao alto volume de expediente que entra no Departamento, o atendimento ao público é das 7h30 às 15h00, de Segunda-feira, quarta e sexta-feira, coincide com os dias de visita ao campo. Os utentes serão atendidos, dentro do horário de expediente, por ordem de chegada, salvaguardando-se o atendimento prioritário.

PROCESSO

- Em circunstâncias normais, o Requerente é atendido por um funcionário afecto à Secretaria-geral/gabinete de Atendimento (2). Este verifica se a documentação recebida está completa e de acordo com os requisitos estabelecidos para processar adequadamente o pedido.
- O funcionário pode exercer seus critérios para aceitar ou rejeitar a entrada do pedido no DLCLRL. No entanto, a decisão geramente inclui a análise da submissão a Chefe da Secretaria-geral (2.1).
- Se o pedido for aceitável para ser processado, o funcionário instrua ao Requerente a passar na Contabilidade (2.2) para o pagamento de uma taxa de processamento do seu pedido, um procedimento que é executado imediatamente.
- O Requerente retorna com o talão de pagamento e o funcionário (2) atribui o número de registo de entrada (incluindo o registo informático), logo encaminha o processo físico para o Arquivo/RI, e o processo digital ao Departamento de Licença de Construção/RL para o próximo passo.
- Um assistente do funcionário (2.3) insere o número no livro de Registo da Secretaria-geral. Posteriormente, o assistente encaminha a pasta ao Arquivo/RI, para o próximo passo.

CUSTO DE PROCESSAMENTO DO PEDIDO

A fim de garantir apenas a entrada dos processos devidamente preparados e evitar perdas de tempo valioso, a DMO-TC adota a cobrança de uma taxa de processamento de 3.000,00Mts (Três mil Meticals).

TEMPO DE DURAÇÃO DESTE PASSO

Este passo dura um dia, quando os documentos apresentados pelo Requerente estejam conforme a solução.

Currently hiring

Process Management - Mozilla Firefox

ve Business Process M...

calahost/siduc/index.php?logout=1&1394691570

SIDUC

Fazendo Maputo Uma Cidade Melhor

Por favor, insira seu nome de usuário e senha

Nome do Usuário

Lembrar nome de usuário

Password

Lembrar senha

Repository

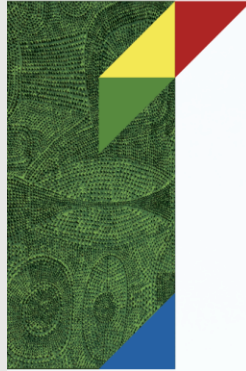
SIDUC

Login

Interleave is an on-line business process management & workflow engine which can be used to make any business process available as an on-line application. Visit the [website](#) for more information.

© Interleave 2001-2012

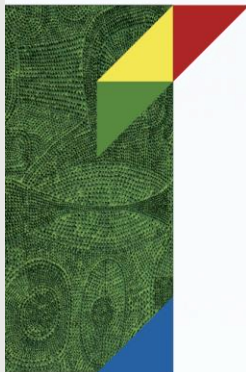
Phase 3



1. Objectives
2. Where is the process undertaken (physically and institutionally)
3. The 'complete' process in general terms or 'A to Z' (land access to property registration)
4. **The construction licensing process properly speaking (i.e. without land access and property registration), and in detail**
5. The question of 'pedidos' and interventions of other institutions apart from CMM (ministries, water and electricity company, others)
6. Key points about fees for services and licenses

Objectives of the guide

1. Clear, reliable information
2. Understand the process, even if complex
3. Adequate preparation
4. Clarity about costs
5. Certainty about time



1. OBJETIVOS DESTE GUIÃO



Informação clara

Con remque eossit, occabori restorit volorei cipsum as dempore occae quat adi cusam, se esequiamenis am intisquid eatem quas am, sae.

Pudi reptate dolorest, sam, cosero cor aliqui cum faccum explaut od quis isum apienimi, occati dist accum facimoditas nobita dolupatiam vellit, autectus eum volupta veliquisim fuga. Nequossent.

Pudi reptate dolorest, sam, cosero cor aliqui cum faccum explaut od quis isum apienimi, occati dist accum facimoditas nobita dolupatiam vellit, autectus eum volupta veliquisim fuga. Nequossent.



Compreensão do processo

Con remque eossit, occabori restorit volorei cipsum as dempore occae quat adi cusam, se esequiamenis am intisquid eatem quas am, sae.

Pudi reptate dolorest, sam, cosero cor aliqui cum faccum explaut od quis isum apienimi, occati dist accum facimoditas nobita dolupatiam vellit, autectus eum volupta veliquisim fuga. Nequossent.

Pudi reptate dolorest, sam, cosero cor aliqui cum faccum explaut od quis isum apienimi, occati dist accum facimoditas nobita dolupatiam vellit, autectus eum volupta veliquisim fuga. Nequossent.

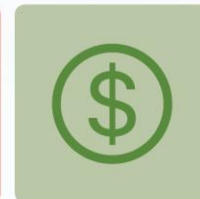


Que você pode-se preparar bem

Con remque eossit, occabori restorit volorei cipsum as dempore occae quat adi cusam, se esequiamenis am intisquid eatem quas am, sae.

Pudi reptate dolorest, sam, cosero cor aliqui cum faccum explaut od quis isum apienimi, occati dist accum facimoditas nobita dolupatiam vellit, autectus eum volupta veliquisim fuga. Nequossent.

Pudi reptate dolorest, sam, cosero cor aliqui cum faccum explaut od quis isum apienimi, occati dist accum facimoditas nobita dolupatiam vellit, autectus eum volupta veliquisim fuga. Nequossent.



Clareza sobre custos

Con remque eossit, occabori restorit volorei cipsum as dempore occae quat adi cusam, se esequiamenis am intisquid eatem quas am, sae.

Pudi reptate dolorest, sam, cosero cor aliqui cum faccum explaut od quis isum apienimi, occati dist accum facimoditas nobita dolupatiam vellit, autectus eum volupta veliquisim fuga. Nequossent.

Pudi reptate dolorest, sam, cosero cor aliqui cum faccum explaut od quis isum apienimi, occati dist accum facimoditas nobita dolupatiam vellit, autectus eum volupta veliquisim fuga. Nequossent.



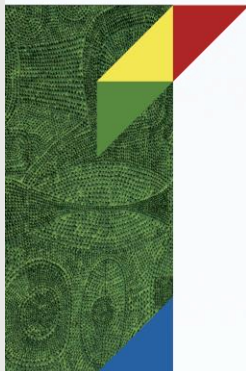
Certeza sobre o tempo

Con remque eossit, occabori restorit volorei cipsum as dempore occae quat adi cusam, se esequiamenis am intisquid eatem quas am, sae.

Pudi reptate dolorest, sam, cosero cor aliqui cum faccum explaut od quis isum apienimi, occati dist accum facimoditas nobita dolupatiam vellit, autectus eum volupta veliquisim fuga. Nequossent.

Pudi reptate dolorest, sam, cosero cor aliqui cum faccum explaut od quis isum apienimi, occati dist accum facimoditas nobita dolupatiam vellit, autectus eum volupta veliquisim fuga. Nequossent.

Where is the process carried out, both physically and within the organizational chart of the CMM



2. ONDE O PROCESSO É REALIZADO?

O processo de obtenção de uma licença de construção em Maputo é realizado nos escritórios do **Direção de Serviço Municipal de Ordenamento Territorial e Construção (DMOTC)**, localizados no cruzamento das avenidas 24 de Julho e Amílcar Cabral.

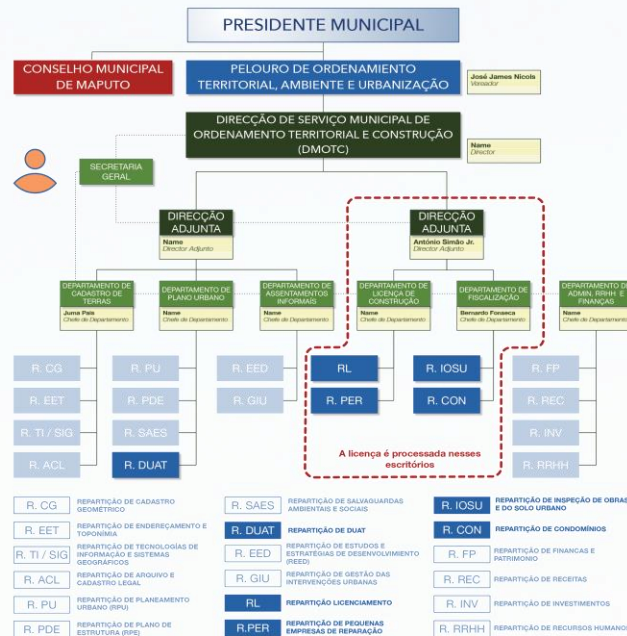
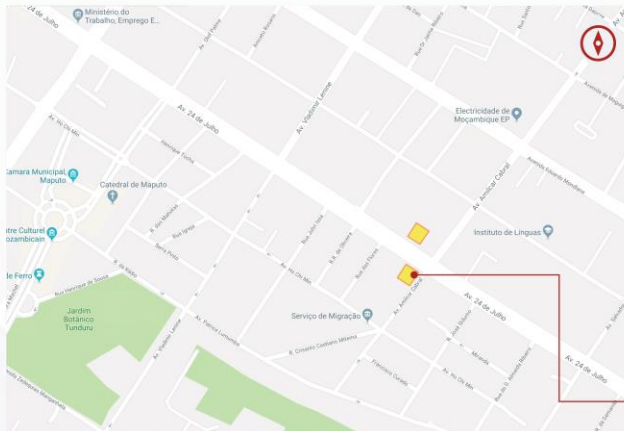
O DMOTC faz parte do **Pelouro de Ordenamento Territorial, Ambiente e Urbanização**, cujo Vereador faz parte do Conselho Municipal de Maputo.

Você realizará toda a sua documentação através da **Secretaria Geral**, localizada no primeiro andar do prédio que fica no lado sul da Avenida 24 de Julho.

Seus processos serão executados principalmente nos departamentos de licença de construção e de fiscalização. Estes estão sob a tutela de um Director Adjunto, que assinará sua licença de construção.

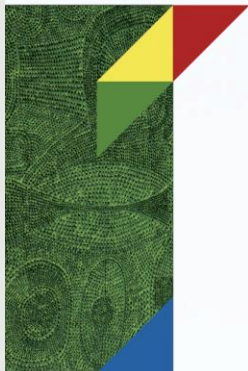
Haverá processos que serão realizados em outros escritórios da DMOTC e da municipalidade, mais estes ocorrerão internamente.

Também haverá alguns processos que você deve realizar em outras empresas ou instituições, que dependem do tipo de projecto que você deseja realizar e que são explicados mais adiante.



A general overview of the “complete” or ‘overall’ process, i.e., including access to land and formalization of property.

Clarity with regards to the actual processes covered by the guide.



3. PROCESSO ‘COMPLETO’

Em Moçambique, como em todas as economias de mercado, a obtenção de uma licença de construção compreende cinco elementos ilustrados na parte superior da figura na página oposta:

1. Acesso à propriedade.
2. Operar dentro de uma área que possua condições, normas e limitações estabelecidas para o desenvolvimento, normalmente contidas em planos de estrutura, planos de pormenor, códigos de construção, e outros.
3. Desenho do projecto de acordo com as regras e limitações mencionadas, e que isso seja feito por um profissional qualificado e devidamente licenciado.
4. Obtenção de aprovação do projecto de arquitectura e estudos complementares de engenharia (hidráulico, eléctrico, mecânico, etc.).
5. Construção do projecto de acordo com os planos e estudos, que é inspecionado pelas autoridades competentes e que, no final, eles emitem a licença adequada de ocupação e / ou uso do edifício para os fins para os quais foram projectados.

A terra em Moçambique é um bem público que não pode ser objecto de transacções comerciais. O Estado pode conceder direitos de desenvolvimento ao privado, que, quando materializados (ou seja, construídos), tornam-se direitos reais de propriedade. Portanto, são as construções (mais conhecido como benfeitorias) as quais constituem propriedade privada em Moçambique e são estas que podem ser negociadas no mercado, ser usadas como garantia para obter crédito, ser herdadas e / ou ser doadas voluntariamente de acordo com as leis do país.

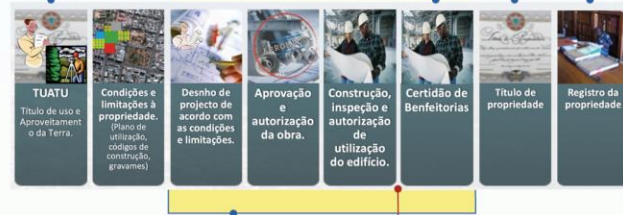
Além disso, a lei estabelece que somente quando a construção atingir 50% de desenvolvimento, o município poderá emitir a certidão de benfeitorias para fins de registo, que é o primeiro documento com o qual a pessoa pode efectivamente registar seu imóvel na Conservatória de Registo Predial. Quando a construção estiver concluída, o município poderá emitir o título ‘definitivo’ de propriedade que a pessoa também deve registar, especialmente se desejar obter um crédito.

No entanto, o “Regulamento do Solo Urbano” estabeleceu que o município em suas áreas urbanas pode emitir, de raiz, o que foi denominado **Título de Uso e Aproveitamento da Terra Urbana (TUATU)**, para que o mesmo possa servir a todos os propósitos de registo, propriedade e crédito desde o momento da emissão pelo Presidente Municipal. Assim, entre outras coisas, a questão da propriedade e a questão da licenciamento e construção de imóveis podem operar de forma mais independente. No entanto, esta disposição não está totalmente implementada e os processos continuam a ser realizados de acordo com as disposições em vigor antes do regulamento do solo urbano.

Sob os factores estabelecidos acima, o próprio processo de construção está sujeito ao processo de acesso à propriedade e só pode ser entendido no contexto de todos os aspectos e fases descritas. O gráfico ao lado indica na parte inferior como os processos se desenrolam em Maputo; como pode ser visto, os cinco elementos listados acima se transformam em oito procedimentos diferentes.

PROCESSOS ESPECÍFICOS ABORDADOS POR ESTE GUIÃO

Este guião aborda os quatro processos específicos que aparecem emoldurados em fundo amarelo. Eles correspondem aos elementos 3, 4 e 5 da lista acima.



Estado do processo de desenvolvimento de uma parcela na qual é ideal procurar sua compra.



Até o momento, se você deseja construir um empreendimento imobiliário, sua melhor opção em termos de facilidade é fazer negócios e comprar um imóvel que já tenha sido registrado na Conservatória de Registo de Predial. Você deve se certificar de que a propriedade possua um certificado oficial desta instituição, como o mostrado aqui. Melhor ainda, se o proprietário puder lhe mostrar o Certidão de Benfeitorias **definitivo** ou o Título de Propriedade devidamente assinado pelo Presidente Municipal, e melhor. Você ainda terá que realizar o processo de ‘transmissão’ do título em seu nome, mas este será apenas um processo em vez dos três processos que você teria que realizar se desejasse um local sem TUATU ou apenas um DUAT que precisará ser estendido, transmitido a você e depois transformado em um Certidão de Benfeitorias definitivo ou Título que posteriormente deverá ser registrado na Conservatória.

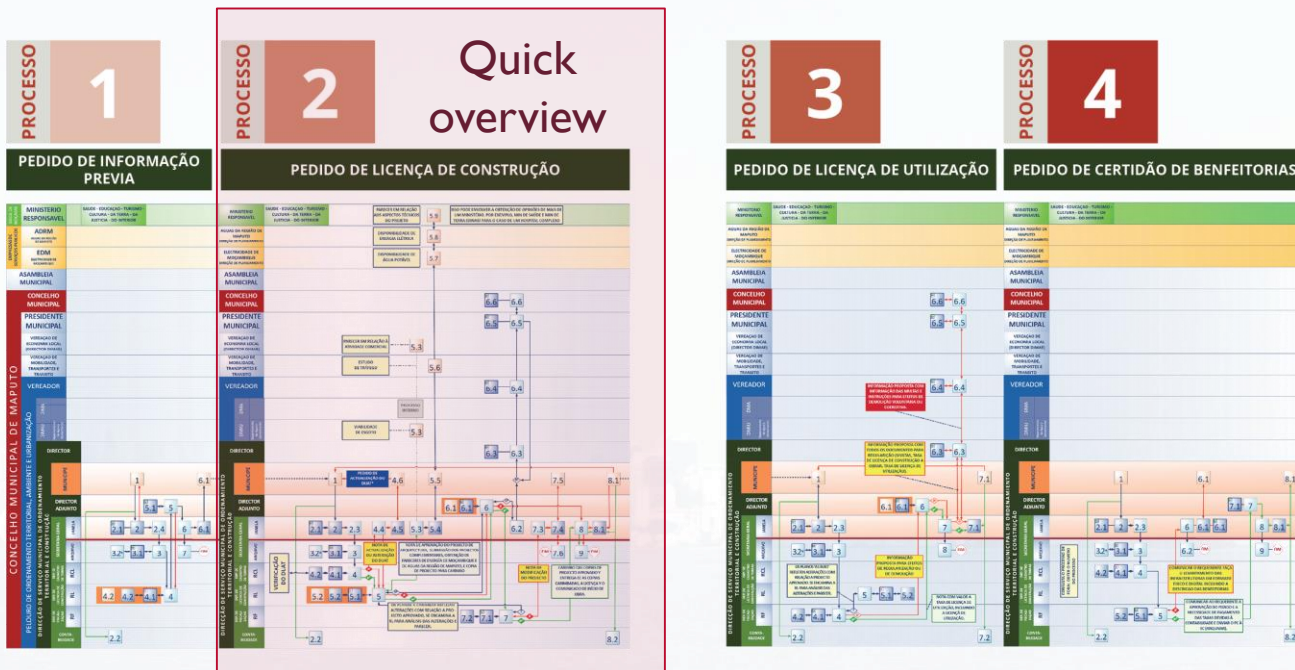
Muitas pessoas em Maputo constroem suas parcelas até o nível em que uma Certidão de Benfeitorias para fins de registo pode ser emitida e registrada na Conservatória para garantir seus direitos de propriedade. Você encontrará em Maputo uma prática comum, que é celebrar um contrato de compra e venda nesta fase. O mesmo processo se aplica, de ter que transferir a propriedade para o seu nome (o que você pode fazer durante a construção).

No entanto, se o seu projeto envolver financiamento de um banco ou instituição de crédito estabelecida, você será melhor se seguir o caminho da Certidão de Benefícios Definitivos ou do Título de Propriedade. Essas instituições estarão mais dispostas a fornecer os fundos necessários.

THE GUIDE

Overview of the 4 sub-processes or 'pedidos' that are explained in detail in the guide.

4. PROCESSO DE LICENCIAMENTO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO



An explanation of the different departments and institutions involved in the issuing of a construction license.

QUADRO INSTITUCIONAL E PAPÉIS



A legislação moçambicana estipula que certos aspectos relacionados com a construção do projecto devem ser realizados de acordo com as normas nacionais administradas e supervisionadas pelos diferentes ministérios. Também afirma que todos os aspectos do seu projecto relacionados aos serviços de água, saneamento e electricidade devem ser desenvolvidos em locais onde esses estejam disponíveis, e fiquem construídos de acordo com as especificações técnicas estabelecidas pelas empresas ou órgãos responsáveis por cada serviço. Portanto, **quais são as instituições que participam do processo e qual é o papel de cada um?** De acordo com a legislação municipal, os projectos de construção podem ser tipificados como **projectos complexos, intermediários ou simples** (página 18). A participação dessas instituições depende do tipo de projeto, e aqui você entenderá isso.

CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO

O Presidente Municipal, o Vereador do Pelouro de Ordenamento Territorial, Ambiente e Construção, e o director da DMOTC, intervêm em duas situações:

O processo de **aprovação de projectos complexos**.

O processo de **demolição de um edifício na sua totalidade**.

Nesses casos, o procedimento é chamado de "informação proposta" (IP). Isso consiste na elaboração de uma apresentação formal do caso pelo departamento responsável (Departamento de Licença ou Departamento de Fiscalização), que é revisado pelos superiores hierárquicos até chegar ao Presidente Municipal. O Presidente é aquele que toma a decisão, para o qual pode o não solicitar sua discussão no nível de conselho municipal. Uma vez tomada a decisão, os documentos são devolvidos ao DMOTC para informar o requerente.

Mais a grande maioria dos projectos que ocorrem em Maputo são simples e intermediários, e o processo é 100% realizado inteiramente nos seguintes escritórios.

DIRECTOR ADJUNTO DMOTC

O director adjunto é quem assina a licença e está à sua disposição para tratar questões relacionadas ao projecto e/ou ao processo que você realiza no DMOTC.

JANELA DE ATENDIMENTO

É o escritório onde você realiza todas as trocas de informações relacionadas ao seu projecto. Eles precisam ser feitos aqui para que o registro formal permaneça.

ARQUIVO

É o lugar onde a história de acções em seu local relacionada à construção de benfeitorias reside. Toda vez que houver um novo ato, a folha física deve ser anexada.

DEP. DE CADASTRO DE TERRAS/REPARTIÇÃO DE CADASTRO LEGAL

É o escritório onde se determina que o seu DUAT é legítimo e está em vigor.

DEP. DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO/REPARTIÇÃO DE LICENCIAMENTO

É o escritório onde o seu projecto é analisado exaustivamente para determinar se é possível dar-lhe uma licença de construção.

DEP. DE FISCALIZAÇÃO / REPARTIÇÃO DE INSPECÇÃO DE OBRAS E DO SOLO URBANO

É o escritório onde tudo relacionado à construção tecnicamente adequada do seu projecto ocorre e para garantir o devido cumprimento dos termos sob os quais a licença de construção foi concedida. É também onde são emitidos, sua licença de utilização, e/ou seu certificado de benfeitorias para efeitos de registro.



MINISTÉRIOS

Os diferentes ministérios a nível nacional participam de duas maneiras no processo:

- Eles emitem pareceres técnicos sobre o projecto, especialmente quando é muito complexo, como um hospital de primeiro nível, um posto de gasolina, ou um grande hotel ou centro de negócios. Os conceitos dos ministérios não são vinculativos, mas o município, como uma boa prática, confia neles para ter maior certeza de aspectos funcionais que requerem uma análise muito especializada.
- Eles são a autoridade máxima em relação à legalidade da empresa ou organização que promove o projecto, bem como sua adequação para operar os serviços ou produzir os bens aos quais o projecto se refere.

Nas fases de concepção do seu desenvolvimento, é uma boa ideia abordar o ministério do sector ao qual o projecto se refere (saúde, educação, turismo, etc) para conhecer os aspectos que avaliará quando chegar a hora. É viável e aconselhável, até mesmo, solicitar um "conceito favorável" antes de apresentar o pedido de licença de construção.

Os ministérios que mais participam dos processos de licenciamento de construção são:

- Ministério de Comercio
- Ministério de Cultura
- Ministério de Educação
- Ministério de Justiça
- Ministério de Energia
- Ministério de Saúde
- Ministério de Transportes e Com.
- Ministério de Terras

Empresas de serviços públicos

O papel das empresas de água e energia é principalmente:

- Gerir o recurso e distribua-o através da rede sem riscos para os cidadãos e sem perdas.
- Determinar a disponibilidade do recurso na área em que seu projecto será desenvolvido e atender às quantidades que ele exigirá.
- "Receber" o seu projecto no momento de sua conclusão para conectá-lo às redes sob seu controle e fornecer adequadamente o recurso para seus usuários.

Sem a disponibilidade de água e energia a ser certificada pela empresa correspondente, o município de Maputo não pode emitir uma licença de construção.

Portanto, é muito útil obter certidões dessas empresas em relação à disponibilidade do recurso antes de preparar seus projectos. Também é útil saber antecipadamente os parâmetros de desenho que você deve aplicar para que seu projecto seja "recebido" correctamente e poda-se ligar as redes.

VOCÊ, O MUNICÍPE, REQUERENTE O EMPREITEIRO

Você faz parte da estrutura institucional, no sentido de que é o seu autor que as diferentes agências governamentais giram. No caso do processo de obtenção de uma licença de construção, você interage directamente com duas unidades:

- A secretaria geral, através do qual todos os processos devem entrar e sair.
- O director adjunto, que é o que formalmente emite a licença.

Você também pode, como cidadão, interagir com os órgãos superiores a esses dois, ou seja, a Direcção Geral da DMOTC ou a Vereação de Ordenamento Territorial, Ambiente e Urbanização.

Municipal regulations classify all possible projects around two categories (land use and type of works).

We developed a tipification of all these on the basis of their impact (small, large), to determine three different paths that a license may take:

- A. Entirely within the department
- B. A+ minor involvement by higher municipal authorities and external departments
- C. A+ involvement by higher municipal authorities and external departments.

TIPOS DE PROJECTO



A **Postura Municipal Sobre Construções e Edificações** (Resolução No. 76/AM/2017 de 19 de Junho) estabelece o universo possível de projectos que podem ser desenvolvidos em Maputo de acordo com a categoria de obra e a classe de actividade a que pertencem. A partir disso, o CMM criou uma **classificação por tipo de projecto para fins de processamento de sua licença de construção**. Os tipos de projectos estão associados ao **nível de impacto que podem ter na cidade** (pequena ou grande) e são tipificados como **projectos simples (PS)**, **projectos intermediários (PI)**, que são projectos simples que requerem de um parecer externo, ou **projectos complexos (PC)**.

| CATEGORIA | SUB-CATEGORIA | CLASSE | Classe A RESIDENCIAIS | | | Classe B COMERCIAIS | Classe C SERVIÇOS | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|------------------------------|-----------------|------------------------------------|---------------------------|---------------------------------------|---------------------|-------------------|----------------------------|---|-----------------------------|-------------------------------------|-------------------------|----------|----|----|----|
| | | | SUB-CLASSE Residencial Unifamiliar | Residencial Multifamiliar | Residencial Multifamiliar Unifamiliar | | Escritórios | Empreendimentos turísticos | Estabelecimentos de restauração e bebidas | Casa de esportistas, clubes | Cinemas, teatros e galerias de arte | Instituições de crédito | Comércio | | | |
| Categoria 1 | Construção "zero" | Pequeno impacto | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| | | Grande impacto | PS | PC | PC | PC | PC | PI | PI | PI | PI | PC | PS | | | |
| | Reconstrução total e parcial | Pequeno impacto | PS | PI | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| | | Grande impacto | PS | PI | PC | PC | PC | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| | Ampliação | Pequeno impacto | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| | | Grande impacto | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| Categoria 2 | Redução de edifícios | Pequeno impacto | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| | | Grande impacto | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| | Categoria 3 | Pequeno impacto | PS | PC | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| | | Grande impacto | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| | Categoria 4 | Pequeno impacto | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| | | Grande impacto | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| Categoria 5 | Pequeno impacto | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | |
| | Grande impacto | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | |
| Categoria 6 (Tratado a nível da SG) | Pequeno impacto | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | |
| | Grande impacto | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | |

* Os pareceres externos dependem da envergadura do empreendimento/projectos.
 (1) Esses projetos geralmente vem com considerações de saúde e ambientais

PS

Projectos simples. Estes projectos são processados 100% dentro da DMOTC.

PI

Projectos Intermediários. Estes projectos são processados 100% dentro da DMOTC; embora requeiram algumas ações em outras dependências do município, que são realizadas internamente.

PC

Projectos complexos. Estes projectos são processados 100% dentro da DMOTC; embora requeiram algumas ações do requerente em outras dependências do Estado e a actuação das autoridades superiores através do processo de **informação** **post-ora**.



Durante o processo de pedido de informação previa (PIP) que é descrito mais adiante, é muito útil se você estabelecer com a DMOTC a que tipo correspondo de seu projecto. Isso permitirá que você realize tarefas e até etapas com antecedência, o que tornará o processamento de sua licença mais fácil e rápido.

| ESTABELECIMENTOS | Estabelecimentos de Saúde | Estabelecimentos de Ensino | Materiais | Substituições | Infra-estruturas de Telecomunicação | Classe D INDUSTRIAS | Defesa e segurança | Classe E INSTITUCIONAIS | | | | | | Classe F MISTOS | | | |
|------------------|---------------------------|----------------------------|-----------|---------------|-------------------------------------|---------------------|--------------------|----------------------------|-----------------------|------------------------------|-----------------------|--|--------------------------------|-----------------|--|--|----|
| | | | | | | | | Atividades administrativas | Atividades religiosas | Atividades culturais e lazer | Atividades esportivas | Atividades públicas: central de trânsito; estações | Atividades salubres: cemitério | | Atividades públicas: central de trânsito; estações | Atendimento urbano: mercado público, central de trânsito; estações | |
| PI | PI | PI | PC | PI | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PC | PS | PI |
| PC | PC | PC | PC | PI | PS | PS | PS | PC | PC | PS | PS | PS | PS | PS | PC | PS | PC |
| PI | PI | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PC | PS | PS |
| PI | PI | PC | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PC | PS | PC |
| PI | PI | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PI | PS | PS |
| PI | PI | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PC | PS | PS |
| PI | PI | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PI | PS | PS |
| PI | PI | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| PI | PI | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| PI | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| PI | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |

e Salubridade e Cemitérios

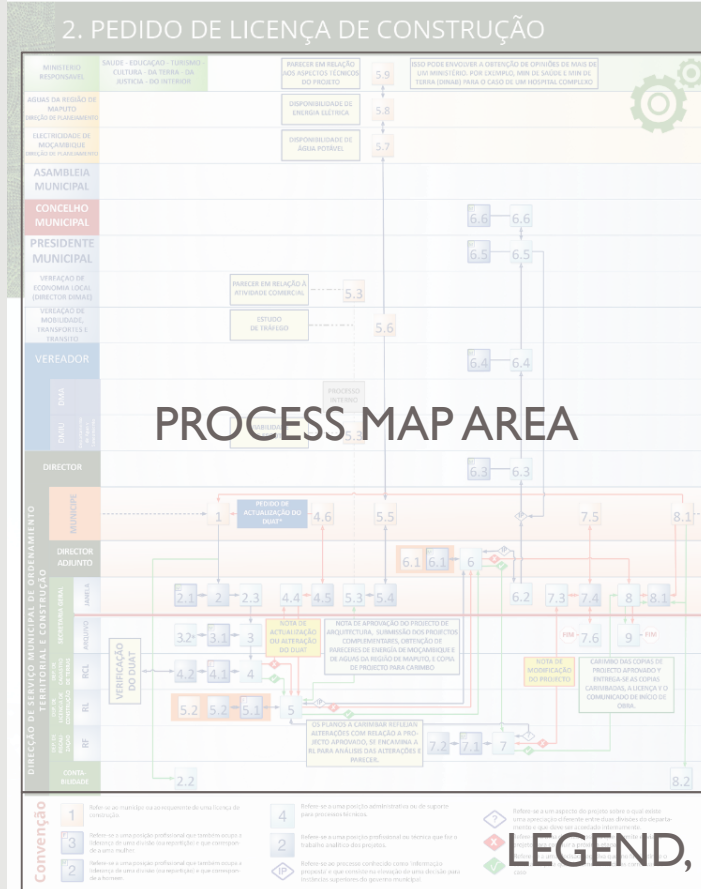
ns (Postura de ocupação de espaços públicos)

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |
| PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS | PS |

DMI - Direção Municipal de Saúde e Cemitérios

Overview of the 4 sub-processes or 'pedidos' that are explained in detail in the guide.

Each 'pedido' is described in general terms.



PROCESS MAP AREA

ASPECTOS GERAIS

O processo de pedido de licença de construção onde ocorrem as operações mais significativas para a obtenção da sua licença. Para projetos simples e projetos simples que requer um parecer externo, e onde ocorre a aprovação do projeto de arquitectura e estudos complementares. Para projetos complexos é onde ocorre uma maior participação de órgãos governamentais externos a DMOTC.

De fato, ocorre o seguinte neste processo:

- Você envia ao Departamento de Licenças de Construção seu projecto de arquitectura, respondendo a todos os aspectos que foram indicados durante o processo de informação anterior.
- Se o seu projecto for do tipo PS ou PS / PE e for aceitável pelos técnicos do departamento de licença ou se o seu projecto for complexo e tiver cumprido satisfatoriamente o processo de 'informação proposta' descrito acima, o Chefe do Departamento enviará uma nota indicando a aprovação dessa componente (arquitectura) e solicitando que você envie o seu projecto de engenharia complementar (por exemplo, simples que requer parecer externo, ou complexo) que você deve apresentar ao processo de aprovação de licenças de construção. O custo da licença de construção para o seu projecto depende de vários factores, que são explicados nas tabelas abaixo.
- O Departamento inicia o processo de formalização da licença de construção, que envolve a participação do Director Associado e do Departamento de Supervisão, conforme descrito abaixo.

Nesse processo, você pode ser chamado para reuniões nos escritórios do Departamento de Licenciamento ou no escritório do Director Associado.

Quanto mais familiarizado você estiver com os estágios e processos que isso envolve, o processo da licença será mais ágil e satisfatório para você.

AREA FOR EXPLANATION AND LINKS

- Esta licença é necessária para o tipo de projecto simples, simples que requer parecer externo, ou complexo) que você deve apresentar ao processo de aprovação de licenças de construção. O custo da licença de construção para o seu projecto depende de vários factores, que são explicados nas tabelas abaixo.
- Pareceres dos ministérios competentes da companhia de electricidade e da companhia de água, atestando a viabilidade do projecto em seus respectivos campos.
- Uma cópia adicional dos planos do seu projecto de arquitectura, a ser marcada com o carimbo oficial do município. Essa será a cópia que permanecerá nos arquivos do município, contra os quais o cumprimento dos projectos será verificado e certificado no processo de inspecção das obras descritas mais adiante neste guia.
- O Departamento inicia o processo de formalização da licença de construção, que envolve a participação do Director Associado e do Departamento de Supervisão, conforme descrito abaixo.



A duração do manuseio para emitir sua licença de construção depende do tipo de projecto, conforme explicado na página 18.

Se o seu projecto for do tipo **simples**, a duração total do processo de licença de construção levará no máximo 60 dias. 45 dias são para o processo de aprovação do projecto de arquitectura e 15 dias para o processo de aprovação de projectos complementares.

Se o seu projecto for do tipo **simples que requer um parecer externo**, a duração total do processo de licença de construção levará no máximo 75 dias. 45 dias são para o processo de aprovação do projecto de arquitectura e 15 dias para o processo de aprovação de projectos complementares.

Se o seu projecto é **complexo**, a duração do processo depende da agenda do conselho municipal. Os procedimentos internos descritos aqui (revisão do Director, Vereador e Presidente Municipal) são associados à sua agenda. Em condições normais, o procedimento depende da agenda do Presidente, uma vez que o Director como Vereador normalmente apoiará as considerações e decisões do Departamento de Licenças e de seus oficiais.

Nessas condições, a duração do processo será de 30 dias, uma vez que inclui a apresentação do caso perante o Conselho Municipal completo e o procedimento documental da 'informação proposta'.

O custo da licença de construção para o seu projecto depende de vários factores, que são explicados nas tabelas abaixo.

TAXAS PELA EMISSÃO DE LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES

| ATIVIDADE | SEM INFRA-ESTRUTURAS | COM INFRA-ESTRUTURAS |
|---|----------------------|----------------------|
| Actividade habitacional unifamiliar e multifamiliar | 60M/m ² | 80M/m ² |
| Actividade de serviços, comércio e industrial | 70M/m ² | 90M/m ² |

TAXAS EM FUNÇÃO DO PRAZO DA LICENÇA

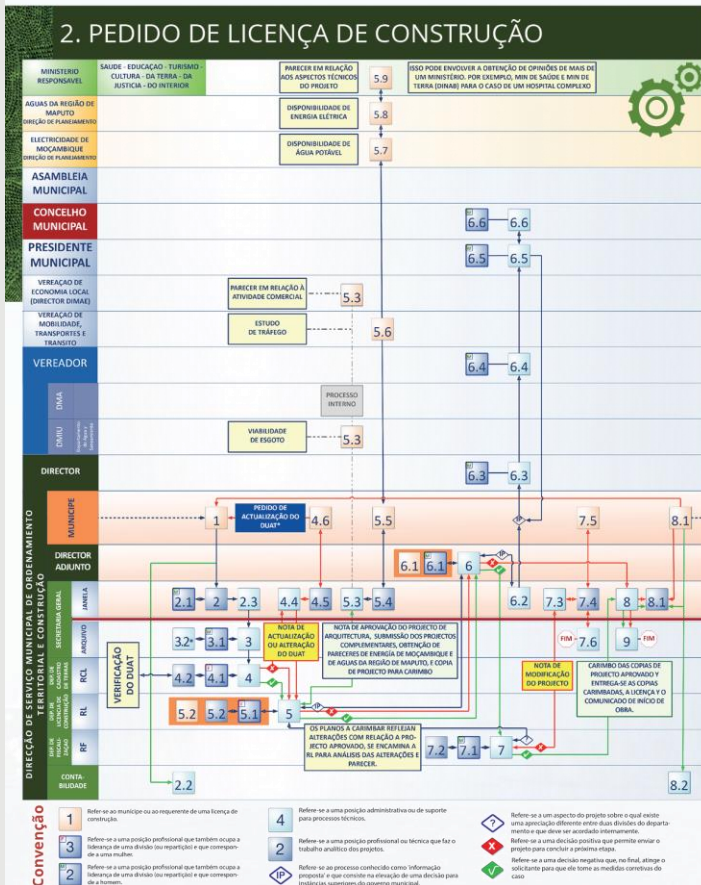
| PRAZO DA LICENÇA | TAXA EM METRICAS |
|---|------------------|
| Até 15 dias | 100M/dia |
| Até 30 dias | 200M/mês |
| Por cada mês além do primeiro até 6 meses | 200M/mês |
| uma taxa adicional | |

TAXAS EM FUNÇÃO DA SUPERFÍCIE

| CATEGORIA | ESPECIFICAÇÃO | TAXA DE LICENCIAMENTO |
|---|--|---------------------------------------|
| Para qualquer pavimento | Até 100m ² | 5,00M/m ² |
| | Além de 100m ² a 1000m ² | (5,00+1,00) M/ cada 100m ² |
| Pela Construção de terraços no prolongamento dos pavimentos de edifícios ou sobre superfícies de cobertura, utilizadas como logradouro, esplanada, e etc. | Até 100m | 1,00M/m ² |
| | Além de 100 a 1000m ² | 10,00M/m ² |

LEGEND, NOTES ETC.

Each 'pedido' is described in general terms.



ASPECTOS GERAIS

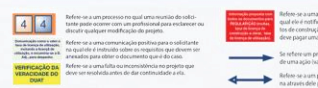
O processo de pedido de licença de construção onde ocorrem as operações mais significativas para a obtenção da sua licença. Para projectos simples e projectos simples que requer um parecer externo, e onde ocorre a aprovação do projecto de arquitectura e estudos complementares. Para projectos complexos é onde ocorre uma maior participação de órgãos governamentais externos a DDMOT.

De fato, ocorre o seguinte neste processo:

1. Você envia ao Departamento de Licenças de Construção seu projecto de arquitectura, respondendo a todos os aspectos que foram indicados durante o processo de informação anterior.
2. Se o seu projecto for do tipo **PS** ou **PS / PE** e for aceitável pelos técnicos do departamento de licença ou se o seu projecto for complexo e tiver cumprido satisfatoriamente o processo de 'informação proposta' descrito acima, o Chefe do Departamento enviará uma nota indicando a aprovação desse componente (arquitectura) e solicitará que você forneça o seguinte:
 - Estudos e planos complementares de acordo com o tipo de projecto (simples; simples que requer parecer externo; ou complexo) que você deve anexar ao processo. Isso pode incluir estudo de tráfego, cálculos de projecto e estrutura, engenharia mecânica, hidráulica, etc.
 - Pareceres dos ministérios competentes da companhia de electricidade e da companhia de água, atestando a viabilidade do projecto em seus respectivos campos.
 - Uma cópia adicional dos planos do seu projecto de arquitectura, a ser marcada com o carimbo oficial do município. Essa será a cópia que permanecerá nos arquivos do município, contra os quais o cumprimento dos projectos será verificado e certificado no processo de inspeção das obras descritas mais adiante neste guia.
3. O Departamento inicia o processo de formalização da licença de construção, que envolve a participação do Director Associado e do Departamento de Supervisão, conforme descrito abaixo.

Nesse processo, você pode ser chamado para reuniões nos escritórios do Departamento de Licenciamento ou no escritório do Director Associado.

Quanto mais familiarizado você estiver com os estágios e processos que isso envolve, o processo da licença será mais ágil e satisfatório para você.



A duração do município para emitir sua licença de construção depende do tipo de projecto, conforme explicado na página 18.

Se o seu projecto for do tipo **simples**, a duração total do processo de licença de construção levará no máximo 60 dias. 45 dias são para o processo de aprovação do projecto de arquitectura e 15 dias para o processo de aprovação de projectos complementares.

Se o seu projecto for do tipo **simples que requer um parecer externo**, a duração total do processo de licença de construção levará no máximo 75 dias. 45 dias são para o processo de aprovação do projecto de arquitectura e 15 dias para o processo de aprovação de projectos complementares.

Se o seu projecto é **complexo**, a duração do processo depende da agenda do conselho municipal. Os procedimentos internos descritos aqui (revisão do Director, Vereador e Presidente Municipal) estão associados à sua agenda. Em condições normais, o procedimento depende da agenda do Presidente, uma vez que o Director como Vereador normalmente apoiará as considerações e decisões do Departamento de Licenças e de seus oficiais.

Nessas condições, a duração do processo será de 30 dias, uma vez que inclui a apresentação do caso perante o Conselho Municipal completo e o procedimento documental da 'informação proposta'.

O custo da licença de construção para o seu projecto depende de vários factores, que são explicados nas tabelas abaixo.

TAXAS PELA EMISSÃO DE LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES

| CATEGORIA | SITUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA | TAXA DE LICENCIAMENTO |
|--|-----------------------------|-----------------------|
| Actividade habitacional uni-familiar e multi-familiar. | Sem infra-estruturas | 60M€/m ² |
| | Com infra-estruturas | 80M€/m ² |
| Actividade de serviços, comércio e industrial | Sem infra-estruturas | 70M€/m ² |
| | Com infra-estruturas | 90M€/m ² |

TAXAS EM FUNÇÃO DO PRAZO DA LICENÇA

| PRAZO DA LICENÇA | TAXA EM METRICAS |
|---|------------------|
| Até 15 dias | 100M€/ dia |
| Até 30 dias | 200M€/ mês |
| Por cada mês além do primeiro até 6 meses | 200M€/ mês |

uma taxa adicional

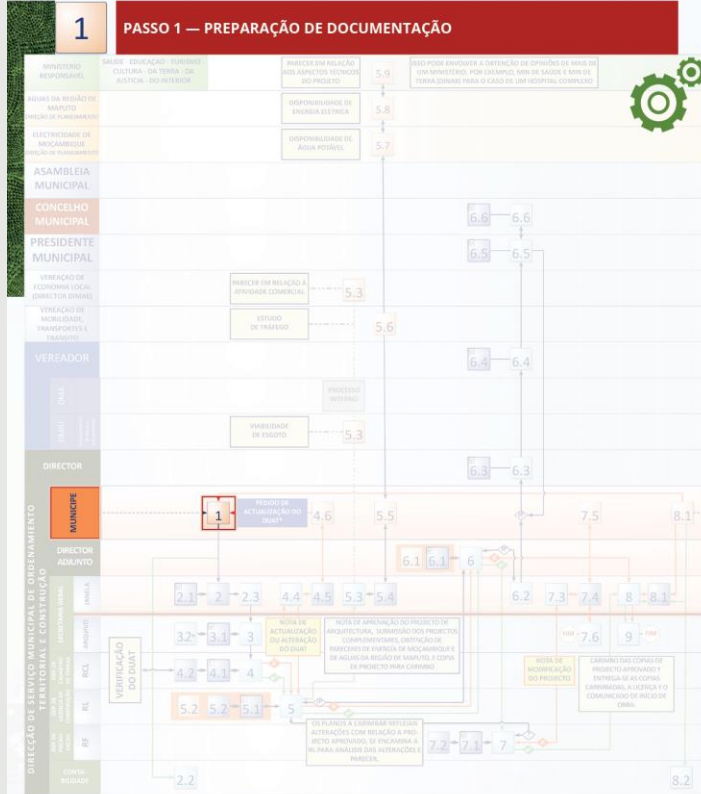
TAXAS EM FUNÇÃO DA SUPERFÍCIE

| CATEGORIA | ESPECIFICAÇÃO | TAXA DE LICENCIAMENTO |
|---|--|--|
| Para qualquer pavimento | Até 100m ² | 5,00M€/m ² |
| | Além de 100m ² a 1000m ² | (5,00+1,00) M€/ cada 100m ² |
| | Além de 1000m ² | 10,00M€/m ² |
| Pela Construção de telheiros no prolongamento dos pavimentos de edifício ou servindo de cobertura, utilizáveis como logradouro, esplanada, e etc. | Até 100m ² | 5,00M€/m ² |
| | Além de 100 a 1000m ² | 10,00M€/m ² |

THE GUIDE

Each ‘pedido’ is described in general terms, as well as in terms of each one of the steps or ‘passos’ involved.

At every step, the reader is accompanied by key links associated with the process.



Convenção

- 1 Refere-se ao município ou ao requerente de uma licença de construção.
- 2 Refere-se a uma posição profissional que também ocupa a liderança de uma divisão ou repartição e que corresponde a um serviço.
- 3 Refere-se a uma posição profissional que também ocupa a liderança de uma divisão ou repartição e que corresponde a um homem.
- 4 Refere-se a uma posição administrativa ou de suporte para processos decisórios.
- 2 Refere-se a uma posição profissional ou técnica que faz o trabalho analítico dos projectos.
- 1 Refere-se ao processo controlado sobre informação profissional e que consiste na elaboração de uma decisão para indistinctos superiores do governo municipal.

- Refere-se a um aspecto do projecto sobre o qual existe uma apreciação diferente entre dois directores do departamento e que deve ser esclarecida imediatamente.
- Refere-se a uma decisão negativa que, no final, atinge o solicitante para que este tome as medidas correctivas de caso.

Com base nas informações obtidas no processo de pedido de informação, o Requerente do projecto [1] reúne o conjunto completo de desenhos e documentos de apoio sobre o projecto de arquitectura. Os documentos são incorporados em uma pasta para serem entregues a Secretaria-geral do DLC.

REQUISITOS

Para um processamento correcto do projecto de arquitectura, os desenhos e documentos mencionados acima são os seguintes:

1. Formulário único em duplicado.
2. Para o caso de uma obra nova, cópia autenticada do Título de Uso e Aproveitamento da Terra.
3. Para o caso de edificações existentes, cópia do Título de Propriedade
4. Planta de localização a escala mínima de 1:1000.
5. Planta topográfica (com implantação dos edifícios no terreno) a escala mínima de 1:200; 1:250; 1:500; de acordo com a dimensão do projecto.
6. Memória descritiva.
7. Projecto de arquitectura da obra (plantas, alçadas e cortes) a escala 1:100 ou 1:50.
8. Cópia da senha de Imposto Pessoal Autárquico.
9. Termo de responsabilidade do autor do projecto de arquitectura. Cópia da senha de Imposto Pessoal Autárquico.
10. Quando se trate de regime de propriedade horizontal ou outra forma de condomínio, o projecto deve ainda incluir o seguinte: (i) a discriminação das várias fracções autónomas, e (ii) a discriminação das partes comuns.

NOTA IMPORTANTE

Todos os documentos devem cumprir com as condições estabelecidas no documento de critérios para submissão. Os documentos devem vir inseridos em uma pasta que segue este modelo e apresentados em formato físico e electrónico.

PASTAS

Por forma a facilitar o manuseamento dos projectos submetidos a apreciação da DLC, recomenda-se a todos os municipais, técnicos e ao público em geral, para que no acto da submissão dos documentos, incluindo planos, os mesmos devem conter todas as páginas assinadas pelo técnico responsável e devidamente dobrados em formato A4, e colocadas numa pasta de arquivo (com dois furos ou cadernados), de acordo com o este modelo.



Refere-se a um processo no qual uma reunião de esclarecimento ocorre entre o solicitante e o responsável técnico do departamento para esclarecer dúvidas e garantir a qualidade dos documentos a serem submetidos. Refere-se a uma reunião preparada para o solicitante em questão, realizada antes do momento de entrega dos documentos para o departamento. Refere-se a uma lista de documentos que devem ser anexados a cada processo de construção de um edifício.



Refere-se a uma comunicação negativa ao solicitante no caso de não atendimento às condições estabelecidas para a aprovação dos documentos, que deve ser enviada imediatamente após a entrega dos documentos. Refere-se ao processo que tem uma decisão em base de uma decisão técnica e negativa com o intuito de avaliar a situação técnica e regressar com o pedido do acto. Refere-se a um processo que tem uma decisão em base de uma decisão técnica e negativa com o intuito de avaliar a situação técnica e regressar com o pedido do acto.



Refere-se a um processo que tem uma decisão em base de uma decisão técnica e negativa com o intuito de avaliar a situação técnica e regressar com o pedido do acto. Refere-se a um processo que tem uma decisão em base de uma decisão técnica e negativa com o intuito de avaliar a situação técnica e regressar com o pedido do acto.

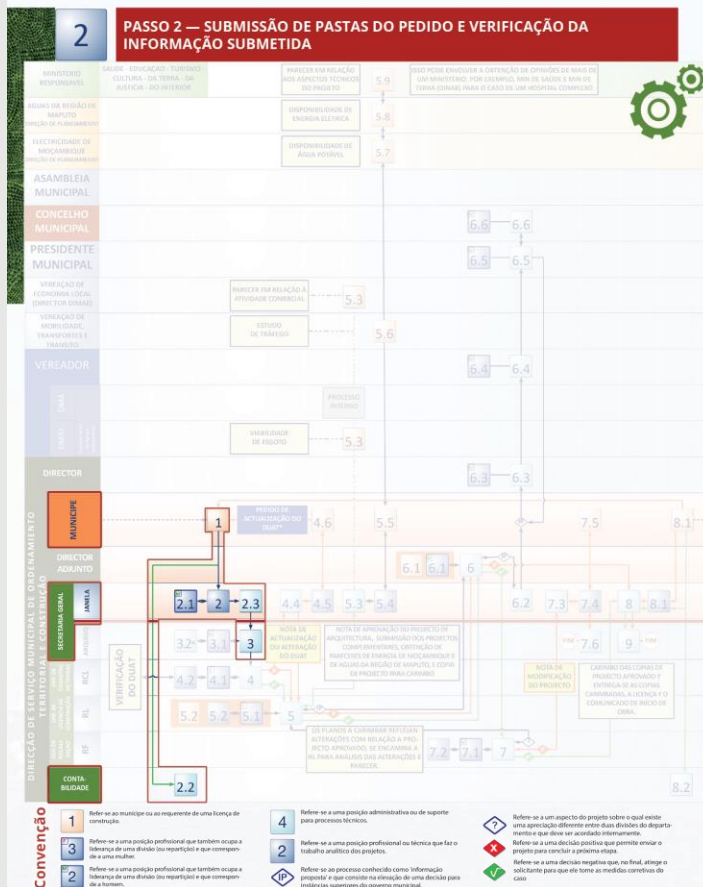
LINKS IMPORTANTES

| | | |
|--|---|---|
| AGUAS DA REGIÃO DE MAPUTO | ANE / MAPUTO SUL | CRITÉRIOS PARA SUBMISSÃO DE PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE | EXEMPLO DE UM CERTIDÃO DE BENEFETORIAS | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE DUAT | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE TÍTULO DE PROPRIEDADE |
| EXEMPLO DE UMA INFORMAÇÃO PROPOSTA PARA DETERMINAÇÃO | EXEMPLO DE UMA MEMÓRIA DESCRITIVA | EXEMPLO DE UMA NOTA DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| EXEMPLO DE NOTA DE DEFEITAMENTO DE UM PEDIDO DE APROVAÇÃO POR DUAT | EXEMPLO DE UMA NOTA DE SOLICITAÇÃO DE PROJECTO COM EFEITOS DE CAMBIO E ASSINATURA | EXEMPLO DE UMA PLANTA E ESCALA DE LOCALIZAÇÃO |
| EXEMPLO DE UMA PLANTA TOPOGRÁFICA COM IMPLANTAÇÃO | EXEMPLO DE UMA PLANTA TOPOGRÁFICA COM IMPLANTAÇÃO | FORMULÁRIO ÚNICO PARA OS TRÁMITE DA DMDC |
| MINISTÉRIO DE COMÉRCIO | MINISTÉRIO DE CULTURA | MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO |
| MINISTÉRIO DE JUSTIÇA | MINISTÉRIO DE SAÚDE | MINISTÉRIO DE TERRAS |
| SENSAP | | |

THE GUIDE

Each 'pedido' is described in general terms, as well as in terms of each one of the steps or 'passos' involved.

At every step, the reader is accompanied by key links associated with the process.



LINKS IMPORTANTES

| | | |
|--|--|---|
| AGUÍAS DA REGIÃO DE MAPUTO | ANE / MAPUTO SUL | CRITÉRIOS PARA SUBMISSÃO DE PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE | EXEMPLO DE UM CERTIFICADO DE BENEFETORIAS | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE DUAT | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE TÍTULO DE PREL. PREDADE |
| EXEMPLO DE UMA INFORMAÇÃO PROPOSTA PARA DEMOLICÃO | EXEMPLO DE UMA MEMÓRIA DESCRITIVA | EXEMPLO DE UMA NOTA DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| EXEMPLO DE NOTA DE DEFEITAMENTO DE UM PEDIDO DE APROVAÇÃO POR DUAT | EXEMPLO DE UMA NOTA DE SUGERITIZACÃO DE PROJECTO PARA EFEITOS DE CANCELAMENTO E ASSINATURA | EXEMPLO DE UMA PLANTA E ESCALA DE LOCALIZAÇÃO |
| EXEMPLO DE UMA PLANTA TOPO. GRAFICA COM IMPLANTACAO | EXEMPLO DE UMA PLANTA TOPO. GRAFICA COM IMPLANTACAO | FORMULÁRIO ÚNICO PARA OS TRÁMITES NA DMOIC |
| MINISTERIO DE COMERCIO | MINISTERIO DE CULTURA | MINISTERIO DE EDUCACAO |
| MINISTERIO DE JUSTICA | MINISTERIO DE SAUDE | MINISTERIO DE TERRAS |
| SENSAP | | |

Uma vez que a pasta tenha sido reunida de acordo com os critérios estabelecidos no passo anterior e com as informações necessárias, o Requerente deverá comparecer a janela de atendimento da Secretaria-geral do DMOIC para iniciar o processo de revisão do projecto de arquitectura.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Havendo necessidade de dar resposta ao alto volume do expediente que entra no Departamento, o atendimento ao público é das 7h30 às 15h30, de Segunda-feira, quarta e sexta-feira, coincide com os dias de visita ao campo.

PROCESSO

1. Em circunstâncias normais, o Requerente é atendido por um funcionário afecto na Secretaria-geral [2]. Este verifica se o pedido inclui todos os documentos necessários para processar adequadamente o pedido.
2. O funcionário pode exercer seus critérios para aceitar ou rejeitar a entrada do pedido na DLC. No entanto, a decisão geralmente inclui a análise da submissão ao Chefe de departamento [2.1].
3. Se a submissão for aceite para ser processada, o funcionário instrui ao Requerente a passar para Contabilidade [2.2] para o pagamento de uma taxa de processamento sobre o seu pedido, um procedimento que é executado imediatamente.
4. O Requerente retorna com o talão de pagamento e o funcionário [2] atribui o número de registo de entrada (incluindo o registo informático); logo encaminha o processo físico para o Arquivo/DLC e processo digital a Departamento de Cadastro de Terras/RCL para o próximo passo.
5. Um assistente administrativo [2.3] insere o número no livro de registo da Secretaria-geral. Posteriormente, o assistente encaminha a pasta para o Arquivo/DLC para o próximo passo.

CUSTO DESTE PROCESSO

A fim de garantir apenas a entrada de processos devidamente preparados e, assim, evitar perdas de tempo valioso, foi adoptado a cobrança de uma taxa de processamento de 250,00M (duzentos e cinquenta Meticals).

TEMPO DE DURAÇÃO DESTE PASSO

Quando os documentos apresentados pelo Requerente estão em ordem, este passo demora um dia.

4 Refere-se a um processo no qual uma unidade do sub-sistema está envolvida com o desenvolvimento de software ou desenvolvimento de software para o sistema de gestão de informação.

4.1 Refere-se a uma sub-unidade de software que fornece a funcionalidade de suporte ao sistema de gestão de informação.

4.2 Refere-se a uma sub-unidade de software que fornece a funcionalidade de suporte ao sistema de gestão de informação.

4.3 Refere-se a uma sub-unidade de software que fornece a funcionalidade de suporte ao sistema de gestão de informação.

4.4 Refere-se a uma sub-unidade de software que fornece a funcionalidade de suporte ao sistema de gestão de informação.

4.1 Refere-se a uma sub-unidade de software que fornece a funcionalidade de suporte ao sistema de gestão de informação.

4.2 Refere-se a uma sub-unidade de software que fornece a funcionalidade de suporte ao sistema de gestão de informação.

4.3 Refere-se a uma sub-unidade de software que fornece a funcionalidade de suporte ao sistema de gestão de informação.

4.4 Refere-se a uma sub-unidade de software que fornece a funcionalidade de suporte ao sistema de gestão de informação.

4.1 Refere-se a uma sub-unidade de software que fornece a funcionalidade de suporte ao sistema de gestão de informação.

4.2 Refere-se a uma sub-unidade de software que fornece a funcionalidade de suporte ao sistema de gestão de informação.

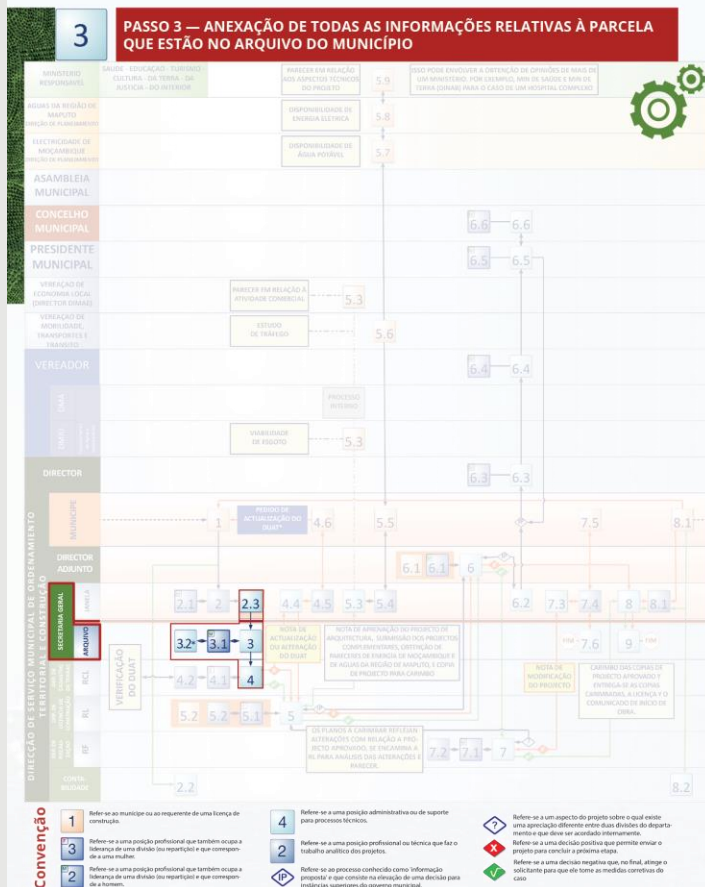
4.3 Refere-se a uma sub-unidade de software que fornece a funcionalidade de suporte ao sistema de gestão de informação.

4.4 Refere-se a uma sub-unidade de software que fornece a funcionalidade de suporte ao sistema de gestão de informação.

THE GUIDE

Each 'pedido' is described in general terms, as well as in terms of each one of the steps or 'passos' involved.

At every step, the reader is accompanied by key links associated with the process.



LINKS IMPORTANTES

| | | |
|--|---|---|
| AGUIAS DA REGIÃO DE MAPUTO | ANE / MAPUTO SUL | CRITÉRIOS PARA SUBMISSÃO DE PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE | EXEMPLO DE UM CERTIFICADO DE BENEFETORIAS | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE DUAT | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE TÍTULO DE RESPONSABILIDADE | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE TÍTULO DE RESPONSABILIDADE |
| EXEMPLO DE UMA INFORMAÇÃO PROPOSTA PARA DEMOLICÃO | EXEMPLO DE UMA MEMÓRIA DESCRITIVA | EXEMPLO DE UMA NOTA DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| EXEMPLO DE UMA NOTA DE DEFEITAMENTO DE UM PEDIDO DE APROVAÇÃO POR DUAT | EXEMPLO DE UMA NOTA DE LOCALIZAÇÃO DE PROECÇÃO PARA EFEITOS DE CARGUEIRO E ASSINATURA | EXEMPLO DE UMA PLANTA A ESCALA DE LOCALIZAÇÃO |
| EXEMPLO DE UMA PLANTA TOPO-GRÁFICA COM IMPLANTACÃO | EXEMPLO DE UMA PLANTA TOPO-GRÁFICA COM IMPLANTACÃO | FORMULÁRIO ÚNICO PARA OS TRÁMITES NA DMOTC |
| MINISTÉRIO DE COMÉRCIO | MINISTÉRIO DE CULTURA | MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO |
| MINISTÉRIO DE JUSTIÇA | MINISTÉRIO DE SAÚDE | MINISTÉRIO DE TERRAS |
| SENSAP | | |

Para tomar uma decisão informada sobre o pedido de aprovação do projecto de arquitectura, o município deve analisar no contexto de todas as intervenções que ocorreram no local. Por isso, toda a informação que repousa no arquivo referente à parcela em que o desenvolvimento ocorrerá é recuperada do arquivo do DLC e anexada à nova submissão. Desta forma, a série histórica de eventos que ocorreram na parcela também é assegurada. Esta tarefa é da responsabilidade do Arquivo/DLC.

PROCESSO

- Um assistente do Arquivo/DLC [3] recebe a pasta com a nova submissão e executa a nota no livro de entrada e saída de documentos.
- O funcionário encarregado do arquivo [3.1] recebe o número e a localização do processo mãe (onde reside toda a informação histórica do local). O processo mãe é removido da prateleira e anexado ao expediente com a nova intervenção [3.2*].
- Um assistente administrativo [3] insere o número no livro de registo do Arquivo/DLC. Posteriormente o mesmo funcionário encaminha a pasta para o Departamento de Cadastro de Terras/RCL para o próximo passo.

NOTA IMPORTANTE

Quando se trata de intervenções em locais antigos (constituídos antes de 1980), é necessário deslocar-se ao edifício central do município, onde o arquivo central está localizado.

TEMPO DE DURAÇÃO

A duração desse processo depende de dois factores:

- Se a propriedade em questão foi construída antes de 1980, a pasta estará localizada no prédio principal do Conselho Municipal, ou;
- Se a propriedade foi construída depois de 1980, a pasta estará localizada no gabinete do DLC.

No primeiro caso, esse passo pode durar até (10) dez dias, porque um funcionário do DLC deve deslocar-se até ao prédio principal. Como os recursos são escassos, o departamento espera que os processos se acumulem por uma semana ou duas, a fim de subtrair vários processos em uma única viagem. No segundo caso, o passo dura (2) dois dias.

4 Refere-se a um processo no qual uma unidade do solicitante está envolvida no desenvolvimento e encabeça o sistema de construção, que deve ser enviado e validado pelo projecto.

4 Refere-se a uma renovação profissional para a submissão no qual é necessário enviar o requerente que deve ser enviado para obter o documento que dá o direito.

VERIFICAÇÃO DO DUAT Refere-se a uma lista de informações que deve ser enviada ao requerente antes de dar continuidade a este.

3 Refere-se a uma continuação negativa ou a solicitação de uma decisão POSITIVA em resposta a um pedido de aprovação.

3 Refere-se a um processo que faz uma decisão em base de uma decisão NEGATIVA em base de uma ação executada e enviada com o livro de entrada e saída.

3 Refere-se a um processo que faz uma decisão em base de uma ação executada e enviada com o livro de entrada e saída.

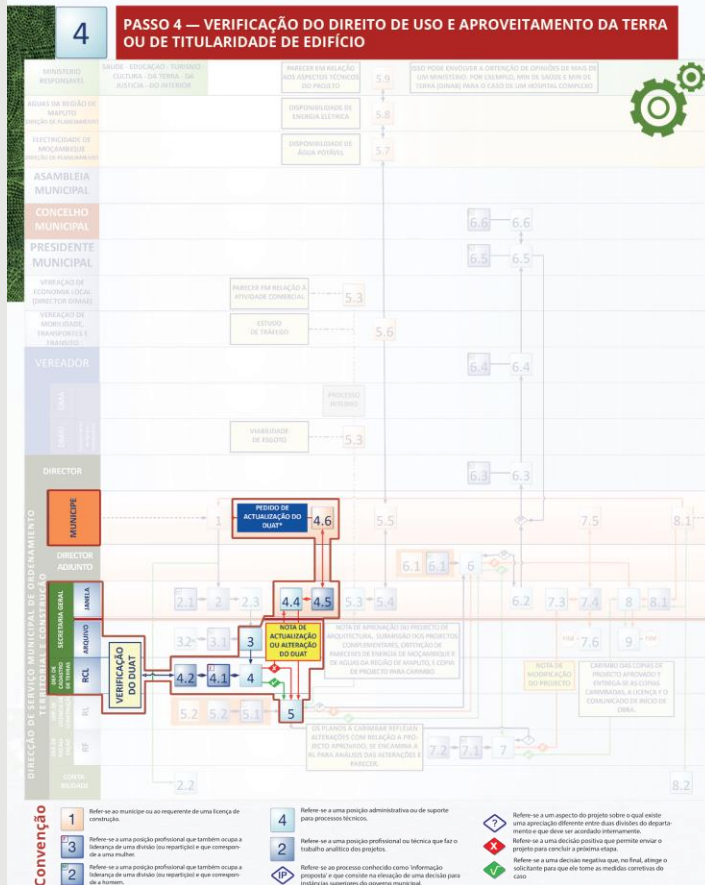
3 Refere-se a um processo que faz uma decisão com uma decisão POSITIVA em resposta a um pedido de aprovação.

FIM Representa o fim do processo no nível do DLC. Considera o momento em que o processo é depositado no arquivo.

THE GUIDE

Each 'pedido' is described in general terms, as well as in terms of each one of the steps or 'passos' involved.

At every step, the reader is accompanied by key links associated with the process.



Para atender ao pedido do Requerente, o município deve ter a certeza de que os Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) ou da titularidade do edifício que se pretende modificar pertencem ao Requerente. O município não deve intervir sem que esta condição seja cumprida. Esta tarefa é da responsabilidade da Departamento de Cadastro de Terras/RCL

PROCESSO

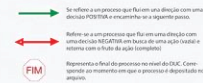
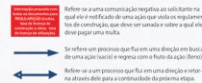
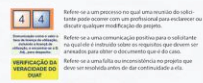
- Uma funcionária administrativa [4] recebe o arquivo, regista a entrada no livro de actividades do Departamento e passa ao funcionário responsável [4.1].
- No caso de projectos onde já existam prédios, o funcionário verifica o número do processo e o título da propriedade e dá continuidade ao arquivo para a DLC/RCL [5].
- No caso de lotes novos que tenham sido atribuídos pela primeira vez um DUAT, o funcionário verifica se o DUAT é legítimo e se está actualizado. Se é legítimo e actualizado, atribui o número de processo e envia ao DLC/RCL [5] para a avaliação arquitectónica do projecto.
- Quando se verificam dúvidas sobre o DUAT, o técnico profissional, directamente ou através de outro profissional de suporte [4.2], faz uma consulta ao banco de dados do Arquivo/RCL. Nota importante: hoje, o banco de dados não é actualizado em tempo real e podem ter ocorrido modificações que não foram registadas digitalmente. Portanto, o funcionário deve deslocar-se ao Arquivo físico para [4.3].
- Se verificarem-se diferenças entre a base de dados e o documento apresentado pelo Requerente, o funcionário não atribui número de processo e emite uma nota de actualização ou alteração do DUAT. Este documento é enviado à Secretaria-geral, onde é recebido pelo assistente administrativo [4.4], registado no livro de actividades e transferido para o funcionário responsável pela entrega ao Requerente [4.5]. O Requerente aproxima-se a D.L.C. recebe a nota [4.6] e é responsável por obter um DUAT actualizado pelo DCT/RCL [4.7]. No entanto, o expediente também é enviado para a DLC/RCL [5] enquanto avalia a propriedade no DCT/RCL. Quando a titularidade e verificada, o funcionário atribui número de processo e envia a RL para ser anexado ao expediente.

TEMPO DE DURAÇÃO DESTE PASSO

Este processo dura 7 dias úteis quando é necessária uma visita ao DCT/RCL e 3 dias quando a visita não é necessária

LINKS IMPORTANTES

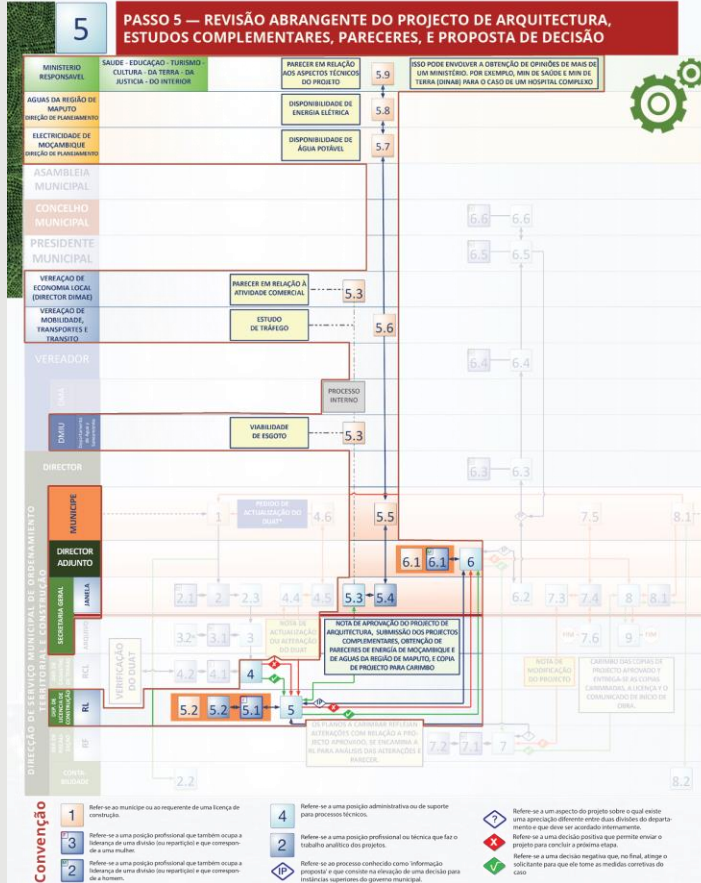
| | | |
|--|--|---|
| AGUÍAS DA REGIÃO DE MAPUTO | ANE / MAPUTO SUL | CRITÉRIOS PARA SUBMISSÃO DE PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE | EXEMPLO DE UM CERTIDÃO DE BENEFETORIAS | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE DUAT | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE TÍTULO DE PROPRIEDADE |
| EXEMPLO DE UMA INFORMAÇÃO PROPOSTA PARA DEMONSTRAÇÃO | EXEMPLO DE UMA MEMÓRIA DESCRITIVA | EXEMPLO DE UMA NOTA DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| EXEMPLO DE NOTA DE DEFEITAMENTO DE UM PEDIDO DE APROVAÇÃO POR DUAT | EXEMPLO DE UMA NOTA DE SOLICITAÇÃO DE PROSECUÇÃO PARA EFEITOS DE CANCELAMENTO E ASSINATURA | EXEMPLO DE UMA PLANTA A ESCALA DE LOCALIZAÇÃO |
| EXEMPLO DE UMA PLANTA TOPOGRÁFICA COM IMPLANTAÇÃO | EXEMPLO DE UMA PLANTA TOPOGRÁFICA COM IMPLANTAÇÃO | FORMULÁRIO ÚNICO PARA OS TRÁMITES NA DMOE |
| MINISTÉRIO DE COMÉRCIO | MINISTÉRIO DE CULTURA | MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO |
| MINISTÉRIO DE JUSTIÇA | MINISTÉRIO DE SAÚDE | MINISTÉRIO DE TERRAS |
| SENSAP | | |



THE GUIDE

Each 'pedido' is described in general terms, as well as in terms of each one of the steps or 'passos' involved.

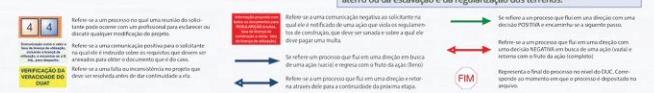
At every step, the reader is accompanied by key links associated with the process.



Este é o processo mais importante para obter uma licença de construção em Maputo. Neste, as características formais, funcionais, volumétricas e outras do projecto são analisadas. Estes devem ser analisados no âmbito da Postura de Edificações e Construções, o Código de construção e os regulamentos de funcionamento de edifícios complexos, como um hotel ou um hospital. A tarefa é da responsabilidade da DLC/RL; porém, tratando-se de projectos complexos, eles também devem ser aprovados pelo Director e Vereador de DMOTC, bem como, do Presidente Municipal.

PROCESSO

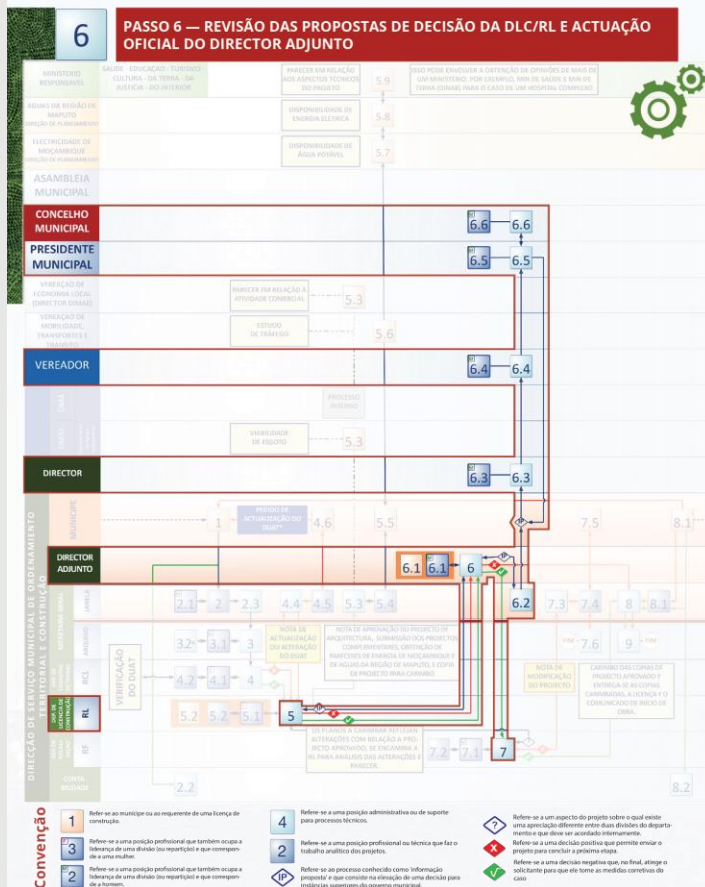
1. Um assistente administrativo [5] recebe o expediente do processo anterior. Registra-se no livro de actividades do DLC e segue para o chefe [5.1].
2. A chefe verifica o projecto e designa um técnico [5.2] para realizar uma avaliação geral do projecto do ponto de vista arquitectónico e a sua inserção no contexto urbano. O funcionário, juntamente com o chefe de Departamento, podem convocar o Requerente [5.2] para uma reunião na DLC/RL, a fim de entenderem melhor o projecto. Esta reunião, e a deslocação do Chefe e do funcionário para o local onde o projecto será realizado, é geralmente regra para os projectos complexos.
3. O funcionário e o Chefe, determinam se o projecto arquitectónico está em ordem e se pode prosseguir para a sua aprovação. O funcionário da DLC/RL [5.2] prepara a Informação Proposta (IP) e encaminha para o Director Adjunto de DMOTC, para sua assinatura como parte do processo no. 6.
4. Em caso afirmativo, é emitido uma nota de aprovação do projecto de arquitectura, que contém as condições que o Requerente deve executar para obter a licença. Este encaminha a nota à Secretária-geral, onde um assistente administrativo [5.3] regista no livro de actividades e passa o funcionário encarregado de comunicar e entregar ao Requerente.
5. O Requerente [5.5], com base no projecto de arquitectura, prepara e submete para consideração os planos, estudos e documentos relacionados com cada um dos gabinetes demonstradas na figura [5.6 a 5.11]. Tendo obtido os documentos de viabilidade e as opiniões das instituições, o Requerente retorna à Secretária-geral [5.3], onde o expediente é enviado de volta à RL para assegurar a correspondência dos projectos complementares face ao projecto de arquitectura, e verificação dos elementos e dos requisitos para emissão de licença de construção.
6. Se o processo da Informação Proposta (IP) é positivo, o funcionário e o Chefe emitem a licença de construção e efectuam o seu cadastro, anexam ao arquivo e dirigem ao Director Adjunto para sua assinatura e outros efeitos do processo [6]. Caso a avaliação arquitectural ou a 'Informação Proposta (IP)' seja negativo, emite-se uma nota de desaprovação e remete-se ao gabinete do Director Adjunto para efeitos do processo no. 6



THE GUIDE

Each 'pedido' is described in general terms, as well as in terms of each one of the steps or 'passos' involved.

At every step, the reader is accompanied by key links associated with the process.



LINKS IMPORTANTES

| | | |
|--|---|---|
| AGUÍAS DA REGIÃO DE MAPUTO | ANE / MAPUTO SUL | CRITÉRIOS PARA SUBMISSÃO DE PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE | EXEMPLO DE UM CERTIFICADO DE BENEFETORIAS | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE DUAT | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE TÍTULO DE RESPONSABILIDADE | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE TÍTULO DE RESPONSABILIDADE |
| EXEMPLO DE UMA INFORMAÇÃO PROPOSTA PARA DELIBERAÇÃO | EXEMPLO DE UMA MEMÓRIA DESCRITIVA | EXEMPLO DE UMA NOTA DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| EXEMPLO DE NOTA DE DEFEITAMENTO DE UM PEDIDO DE APROVAÇÃO POR DUAT | EXEMPLO DE UMA PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DE CONDOMÍNIO COM ASSINATURA | EXEMPLO DE UMA PLANTA À ESCALA DE LOCALIZAÇÃO |
| EXEMPLO DE UMA PLANTA TOPOGRÁFICA COM IMPLANTAÇÃO | EXEMPLO DE UMA PLANTA TOPOGRÁFICA COM IMPLANTAÇÃO | FORMULÁRIO ÚNICO PARA OS TRÁMITES NA DMOTC |
| MINISTÉRIO DE COMÉRCIO | MINISTÉRIO DE CULTURA | MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO |
| MINISTÉRIO DE JUSTIÇA | MINISTÉRIO DE SAÚDE | MINISTÉRIO DE TERRAS |
| SENSAP | | |

Como responsável da assinatura das licenças de construção, as decisões do Director Adjunto baseiam-se nas acções e propostas da DLC/RL. Este intervém neste acto quando as decisões encaminhadas ao seu gabinete não atendem aos requisitos da Lei, ou sua intervenção é expressamente solicitada pela chefe da DLC/RL.

PROCESSO

- Como pode ser visto no passo anterior (5), o Director Adjunto pode receber três propostas da DLC/RL para sua decisão:
1. A "Informação Proposta" (IP), na qual a DLC/RL recomenda às autoridades superiores do município uma decisão positiva ou negativa quanto ao projecto de arquitectura que se pretende desenvolver.
 2. Uma proposta (com nota anexa) de rejeição do projecto de arquitectura.
 3. A licença de construção devidamente preenchida para efeitos da assinatura.

Em todos os casos, o expediente é recebido pelo assistente administrativo do director [6], responsável pelo registo no livro de actividades da direcção e segue para o despacho (6.1). O Director Adjunto pode devolver o expediente à DLC/RL, caso não concorde com o conteúdo ou a decisão proposta. Geralmente, o Director Adjunto convida o Requerente [6.1] para uma discussão sobre o projecto, especialmente quando está a caminho do processo de IP ou o resultado deste processo acaba sendo negativo.

No caso da IP, o Director Adjunto assina o documento, retorna ao seu assistente [6], que o envia à Secretaria-geral [6.2]. A Secretaria-geral regista o acto no livro de actividades e encaminha o expediente com as informações propostas ao director de DMOTC [6.3]. Uma vez assinado por este, é encaminhado ao gabinete do Senhor Vereador de DMOTC [6.4]; assinado por este, segue para o gabinete do Senhor Presidente Municipal [6.5]. Normalmente o PM remete a discussão de Conselho Municipal [6.6], onde a DLC/RL faz uma apresentação. É nesta fase em que é emitida uma deliberação, e é encaminhada à Secretaria-geral e o processo remetido a DLC/RL.

No caso de rejeição do projecto de arquitectura, o Director Adjunto assina a nota de comunicação, retorna ao seu assistente [6], que o envia à Secretaria-geral [8], para comunicar ao Requerente [8.1], que deve se dirigir à Secretaria-geral para se notificar da decisão. O Requerente terá que modificar substancialmente seu projecto e, portanto, proceder a uma nova solicitação desde o início.

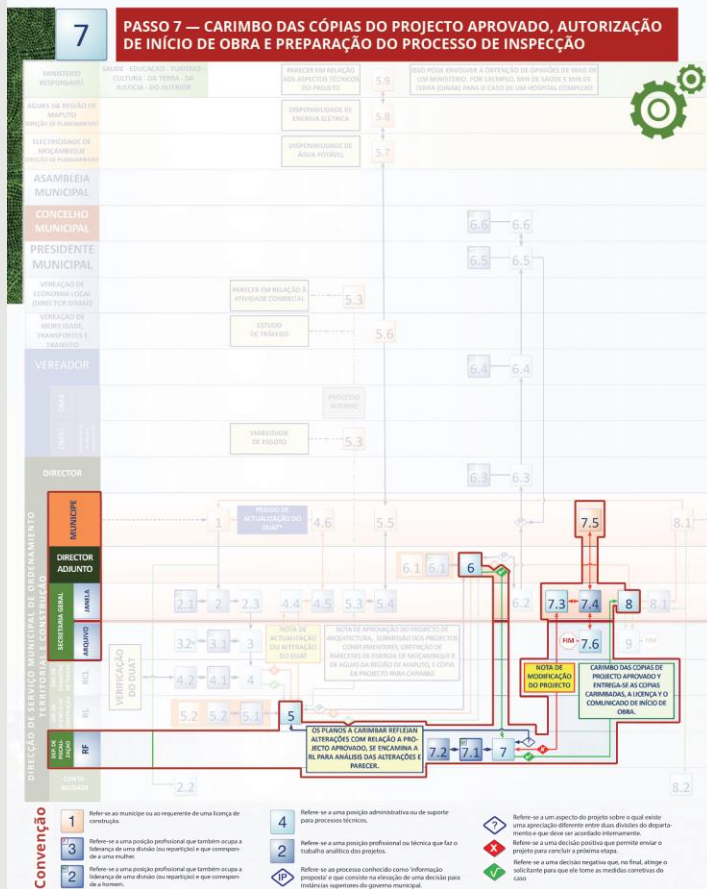
No caso de um projecto arquitectónico que tenha completado satisfatoriamente o processo de estudos complementares, de pareceres, e da Informação Proposta (IP), o Director Adjunto assina a licença de construção que vem preenchida pela DLC/RL. Em seguida, envia o expediente para a DFRF para fins do processo [7].



THE GUIDE

Each 'pedido' is described in general terms, as well as in terms of each one of the steps or 'passos' involved.

At every step, the reader is accompanied by key links associated with the process.



LINKS IMPORTANTES

| | | |
|--|--|--|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

Uma vez a licença de construção tenha sido assinada pelo Director Adjunto, a fase de preparação do expediente para o propósito da construção do projecto aprovado inicia. O município conserva um conjunto de planos originais e documentos do projecto nos seus arquivos e uma cópia fiel é mantida no local onde o projecto será construído. Essa função é atendida pela DF/RF.

PROCESSO

- O arquivo com o original da licença de construção assinada e o arquivo com o segundo original dos planos de construção são recebidos pelo assistente administrativo do Departamento [7]. Esta regista o acto no livro de actividades e passa os documentos ao chefe do Departamento [7.1].
- O chefe do Departamento analisa o expediente e designa um técnico [7.2] que ficará encarregado de realizar o monitoramento do projecto durante sua execução. O técnico faz uma verificação de processo. É possível que em tal verificação, o técnico identifique nos planos a serem carimbados, diferenças ou alterações com o projecto que foi aprovado. Nesse caso, o técnico envia uma nota para a DL/RL para análise das alterações. Normalmente, a análise é feita através de uma reunião de técnicos de ambos os departamentos e geralmente são aspectos menores.
- No entanto, pode haver situações em que o Requerente deve ajustar o projecto. Neste caso, o técnico [7.2] prepara, e o Chefe do Departamento [7.1] assina e envia, uma nota ao Requerente solicitando a modificação do projecto para que reflita o que foi aprovado em primeira instância.
- A nota é recebida na Secretaria-geral por seu assistente administrativo [7.3], que regista o acto no livro de actividades e encaminha ao técnico [7.4] que é encarregado de comunicar ao Requerente para o levantamento da nota [7.5]. Como o processo de modificação pode levar tempo, uma vez que isso acontece, o expediente é devolvido ao Arquivo, onde ficará até que o Requerente apresente as modificações [7.6]. Quando o Requerente submete as modificações, o expediente é recuperado do arquivo e é devolvido à divisão de inspecção para carimbo.
- Quando os planos do projecto apresentados pelo Requerente para o carimbo corresponderem ao projecto arquitectónico aprovado, o técnico profissional [7.2] carimba o projecto. Logo, prepara uma nota para o Requerente comunicando a concessão da licença de construção para levantamento, juntamente com os planos carimbados, que devem permanecer no local da construção, e a nota de autorização para iniciar os trabalhos. Ambas as notas são assinadas pelo Chefe do Departamento e enviadas à Secretaria-geral para fins do passo no. 8.

Refer-se a um processo que qual uma unidade do sistema está envolvida na elaboração de um documento ou de um conjunto de documentos, que deve ser cancelado e substituído por um novo conjunto de documentos.

Refer-se a uma renovação profissional para estabelecer a validade legalmente e registar o documento.

Refer-se a uma licença de construção que deve ser assinada pelo requerente.

Refer-se a uma licença de construção que deve ser assinada pelo chefe do departamento.

Refer-se a uma licença de construção que deve ser assinada pelo chefe do departamento e pelo chefe do departamento.

Refer-se a uma autorização negativa ou solicitação de cancelamento da licença de construção.

Refer-se a um processo que flui em uma direção com uma direção positiva.

Refer-se a um processo que flui em uma direção com uma direção negativa.

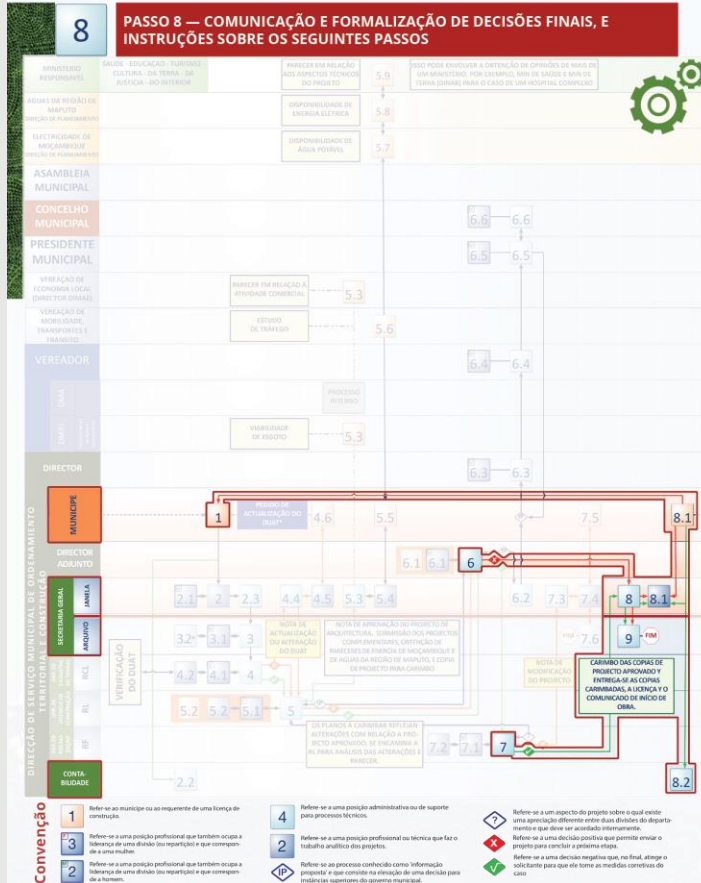
Refer-se a um processo que flui em uma direção com uma direção positiva.

Representa o fim de um processo ou de uma decisão tomada.

THE GUIDE

Each 'pedido' is described in general terms, as well as in terms of each one of the steps or 'passos' involved.

At every step, the reader is accompanied by key links associated with the process.

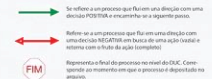
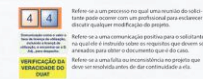


O processo de licenciamento de obras de construção culmina com a fase em que o município comunica ao Requerente as decisões finais a respeito de sua solicitação e o instrue sobre os passos a seguir. Esse processo é de responsabilidade da Secretaria-geral.

PROCESSO

- Como pode ser visto na figura [8], o Secretário-geral recebe duas comunicações finais possíveis:
 - A nota de rejeição do projeto de arquitetura de acordo com a avaliação realizada pela DL/RF, e/ou a proposta de informação. Esta nota vem do gabinete do Director Adjunto (Passo 6).
 - A nota de aceitação do projeto, planos de carimbados, licença de construção e autorização para iniciar obras. Esta provem da DF/RF (Passo 7).
- Em ambos casos, o expediente é recebido na Secretaria-geral por seu assistente administrativo [8], que regista o acto no livro de actividades e encaminha ao técnico [8.1] que é encarregado de comunicar ao Requerente e efectuar o levantamento da sua nota de comunicação [8.1].
- Em caso da rejeição do projeto de arquitectura, e como afirmado na descrição do processo no. 6, o Requerente [8.1] terá que modificar substancialmente seu projeto e, portanto, proceder a uma nova solicitação desde o início. É provável que o Requerente esteja ciente desta decisão no momento da notificação, porque, conforme mencionado na descrição do processo no. 6, o Director terá informado isto após o recebimento da Informação Proposta (IP) com a decisão negativa do Presidente Municipal.
- Em caso de aceitação do projeto de arquitectura e outorgamento da licença de construção, o Requerente [8.1], ao momento de se notificar, deverá se dirigir a Contabilidade e realizar o pagamento da licença [8.1]. Isso ocorre no edifício da DL/RF e o processo é expedido. Uma vez efectuado o pagamento, o Requerente retorna à Secretaria-geral, entrega o comprovante de pagamento e recebe o arguio com o original da licença de construção e outros documentos descritos no Passo no. 7.
- Após entrega ao Requerente, do expediente com a licença de construção original e o segundo original dos planos carimbados, o funcionário da Secretaria-geral [8.1] faz uma cópia dos documentos emitidos pela DF/RF, anexa ao expediente e envia ao Arquivo/DLC, para localização em seu respectivo lugar [9].

FIM DO PROCESSO DE EXPEDIÇÃO DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO

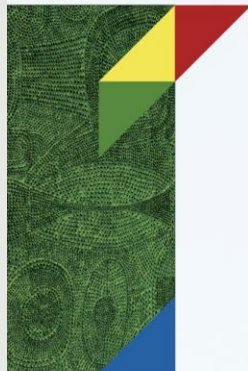


LINKS IMPORTANTES

| | | |
|---|---|---|
| AGUÍAS DA REGIÃO DE MAPUTO | ANE / MAPUTO SUL | CRITÉRIOS PARA SUBMISSÃO DE PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE | EXEMPLO DE UM CERTIFICADO DE BENEFETORIAS | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA |
| EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE DUAT | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE | EXEMPLO DE UM DOCUMENTO DE TÍTULO DE PREL. PREDADE |
| EXEMPLO DE UMA INFORMAÇÃO PROPOSTA PARA DETERMINAÇÃO | EXEMPLO DE UMA MEMORIA DESCRITIVA | EXEMPLO DE UMA NOTA DE APROVAÇÃO PROPOSTA PARA DETERMINAÇÃO DE ARQUITECTURA |
| EXEMPLO DE NOTA DE DEFERIMENTO DE UM PEDIDO DE APROVAÇÃO POR DUAT | EXEMPLO DE UMA NOTA DE SOLICITAÇÃO DE PROJEÇÃO PARA EFEITOS DE CARIMBO E ASSINATURA | EXEMPLO DE UMA PLANTA E ESCALA DE LOCALIZAÇÃO |
| EXEMPLO DE UMA PLANTA TOPO. GRAFICA COM IMPLANTAÇÃO | EXEMPLO DE UMA PLANTA TOPO. GRAFICA COM IMPLANTAÇÃO | FORMULÁRIO ÚNICO PARA OS TRÁMITES DA DMOT. |
| MINISTERIO DE COMERCIO | MINISTERIO DE CULTURA | MINISTERIO DE EDUCACAO |
| MINISTERIO DE JUSTICA | MINISTERIO DE SAUDE | MINISTERIO DE TERRAS |
| SENSAP | | |

Key guidance is provided regarding the processes that are carried out at institutions outside the municipality.

- Water company
- Electrical company
- Ministries



5. PARECERES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DO GOVERNO

EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS

Enquadramento jurídico

O Licenciamento de empreendimentos turísticos esta previsto no Decreto 49/2016, de 01 de Novembro de 2016, Regulamento que aprova empreendimentos turísticos, restauração e bebidas e salas de dança em articulação com o regime jurídico da urbanização e da edificação. É na Direcção Nacional da Cultura e Turismo que são submetidos os pedidos de parecer e este por sua vez intervém na análise das normas legais aplicáveis para a categorização do empreendimento turístico.

Requisitos:

De acordo com o regulamento em vigor a apreciação do pedido do parecer para um empreendimento turístico deverá comportar, o requerimento com todos os dados individuais ou tratando-se de empresa a cópia da sociedade publicada no Boletim da República. A cópia dos projectos de arquitectura submetidos ao Conselho Municipal para aprovação; a categoria e classificação provisória para a instrução do processo bem como a capacidade de alojamento e valor do investimento.

Processo

O processo é submetido na Direcção Nacional da Cultura e Turismo; que remete ao Departamento de Turismo para despacho de acordo com o Decreto 49/2016, de 01 de Novembro de 2016. O expediente poderá demorar de 3 a 4 dias, sendo emitido um parecer favorável e recomendações para a categorização do empreendimento. Quando haja lugar deferimento do pedido e emitido o parecer favorável em caso inverso e solicitado ao requerente alterações do projecto de modo a enquadrar-se na categoria pretendida pelo requerente e posterior emissão do parecer favorável.

| Actividade | N dias | Legislação | Custo |
|---|--------|--|-------|
| 1 Requerimento em duplicado; | | Artigo 18, Decreto 49/2016 de 01 de Novembro | |
| 2 Despacho Recomendações para corrigir ou completar o pedido; | 5 dias | Artigo 17, Decreto 49/2016 de 01 de Novembro | |
| 3 Notificação ao Requerente; | 3 dias | | |
| 4 Emissão do Parecer favorável | 3 dias | | |
| | | | |

LINKS IMPORTANTES

[MINISTÉRIO DE COMÉRCIO](#)

[MINISTÉRIO DE CULTURA](#)

[MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO](#)

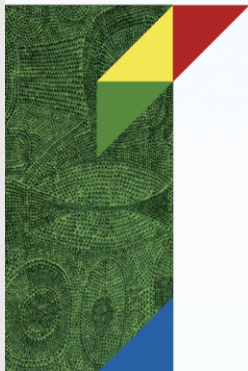
[MINISTÉRIO DE JUSTIÇA](#)

[MINISTÉRIO DE SAÚDE](#)

[MINISTÉRIO DE TERRAS](#)

[SENSAP](#)

Key information is provided about the fees that are charged for the different licenses and processes.



6. TAXAS

REGRAS PARA APLICAÇÃO DAS TAXAS

As taxas para a emissão de licenças de construção são aplicadas em função dos prazos e para execução de qualquer obra, não sendo aplicável nenhuma taxa pela alteração do projecto aprovado na Licença de Construção dentro do prazo concedido.

As obras de 1ª Categoria, que se referem a construção, reconstrução total e parcial, ampliação e redução de edificações, calculam-se por metro quadrado ou fração de pavimento útil incluindo as dependências, varandas, escadas, alpendres, e as espessuras das paredes. Nesta categoria as taxas em função da superfície acrescem as taxas em função do prazo.

Para o cálculo das taxas nos edifícios mistos de habitação, comércio e indústria, a fórmula do cálculo varia, para a parte habitacional a fórmula é prevista nos pontos (i) e (ii), enquanto para o edifício de comércio e indústria é o determinado no ponto (iii).

Edificações mistos (habitação):

1. Tratando-se de uma edificação com vários fogos, calcula-se a taxa de fogo, por fogo, incluindo a parte que lhe corresponde no respectivo pavimento de entrada a escada de acesso, somando-se depois os resultados.
2. Tratando-se de uma edificação de mais de um pavimento, mas num só fogo, a taxa é calculada em função da soma das áreas dos vários pavimentos.

Edificações mistos (Comércio e Indústria)

3. Tratando-se de edificação destinada exclusivamente a comércio ou indústria a taxa é calculada em função da soma das áreas de todos os pavimentos.

Nas obras da 2ª e 3ª Categoria as taxas de superfície serão reduzidas a metade.

- A 2ª Categoria refere-se as alterações na estrutura das edificações, esta inclui a construção, demolição ou desvio de divisórias, abertura e entaipamento de portas e janelas nas fachadas, modificações de escadas, de escavações e aterros.
- A 3ª Categoria inclui a construção, reconstrução total ou parcial e alterações de muros de vedação e suporte incluindo electrificação.

PRORROGAÇÃO DAS LICENÇAS

Pela prorrogação das Licenças são devidas toda as taxas como se tratasse de obra nova, mas calculadas proporcionalmente ao prazo inicial estabelecido.

O pagamento das licenças de obras em curso, da prorrogação do prazo das licenças iniciais, das taxas para a activação de vistorias, será feito, no final da obra juntamente com as licenças de habitação ou utilização.

TAXAS DE VISTORIA

Para obtenção da Licença de habitação de edificação e utilização das suas dependências, terraços, alpendres, nas obras de 1ª Categoria por metro quadrado:

- Até 100m² -----500, 00Mt
- De 100m² até 1000m²-----500,00Mt mais 100,00Mt por cada 100 m²
- Acima de 1000m² -----1000,00Mt por cada 100m²

Vistoria para Licença de Utilização Total ou parte de edificação destinada a fins comerciais e industriais, nas obras da 1ª Categoria por metro quadrado, por loja, escritório, armazém e oficina ou por pavimento se ele destinar totalmente

ao comércio ou indústria:

- Até 100m² -----600, 00Mt
- De 100m² até 1000m²-----600,00Mt mais 100,00Mt por cada 100 m²
- Acima de 1000m² -----1200,00Mt por cada 100m²

Vistoria não especificada por não conclusão da obra em tempo útil-----300,00Mt

Vistoria nas obras de 2ª e 5ª Categorias, as taxas de vistoria serão reduzidas a metade e nas obras das restantes categorias não serão cobradas taxas pelas vistorias.

TAXAS DE LICENÇAS DE UTILIZAÇÃO

Para habitação de edificação e utilização das suas dependências alpendres, terraços por metro quadrado ou fração por fogo:

- Até 100m² -----12;50Mt
- De 100m² até 1000m² -----37,50Mt
- Acima de 1000m²-----50,00Mt

Para edificação destinada a fins comerciais ou industriais utilização por metro quadrado ou fração e por loja, escritório, armazém, e oficina ou por pavimento:

- Até 100m² -----25,00Mt
- De 100m² até 1000m² -----60,00Mt
- Acima de 1000m²-----50,00Mt

Taxa de Paralisação

O pedido de mais de uma paralisação da obra, esta sujeita a uma taxa igual a metade da Licença de construção.

Taxas de Licenças Especiais

Algumas edificações classificadas como institucionais, estão sujeitas a uma taxa de 10 % do estipulado na postura. São:

- Associações reconhecidas de interesse cidadão; associações científicas, associações de desportos, humanitárias, eclesásticas; de arte, de música, de rádio e ambientais;
- Construções destinadas a prática de desportos e sedes de clubes de desporto.

TAXAS PELA EMISSÃO DE LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES

| CATEGORIA | SITUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA | TAXA DE LICENCIAMENTO |
|--|-----------------------------|-----------------------|
| Actividade habitacional uni-familiar e multi-familiar. | Sem infra-estruturas | 60Mt/m ² |
| | Com infra-estruturas | 80Mt/m ² |
| Actividade de serviços, comércio e industrial | Sem infra-estruturas | 70Mt/m ² |
| | Com infra-estruturas | 90Mt/m ² |

TAXAS EM FUNÇÃO DO PRAZO DA LICENÇA

| PRAZO DA LICENÇA | TAXA EM METICAIS |
|--|------------------|
| Até 15 dias | 100Mt/ dia |
| Até 30 dias | 200Mt/ mês |
| Por cada mês além do primeiro até 6 meses uma taxa adicional | 200Mt/ mês |

TAXAS EM FUNÇÃO DA SUPERFÍCIE

| CATEGORIA | ESPECIFICAÇÃO | TAXA DE LICENCIAMENTO |
|---|-----------------------------------|---------------------------------------|
| | Até 100m ² | 5,00Mt/m ² |
| Para qualquer pavimento | Além de 100m ² a 1000m | (5,00+1,00) Mt/cada 100m ² |
| | Além de 1000m | 10,00Mt/m |
| Pela Construção de terraços no prolongamento dos pavimentos de edifício ou servindo-lhe de cobertura, utilizáveis como logradouro, esplanada, e etc | Até 100m | 5,00Mt/m |
| | Além de 100 a 1000m ² | 10,00Mt/m ² |

Recommendations

- 26 short-term, executive-action reforms or changes have been identified.
- The team is advancing on **9 of the most important reforms**. These include:

| RECOMENDACAO | ACCAO | BENEFICIO DE TEMPO (DIAS) |
|---|--|---------------------------|
| Capacitar o quadro técnico existente e assegurar o funcionamento 5G ótimo de MODOTC (SIDUC) | Assegurar a contratação de um quadro técnico através do PM | 45 |
| Ter acesso direto ao cadastro legal (SIGEM) ou acompanhamento do pessoal | Despacho directo do PM | 6.5 |
| DMPUA - antes de entregar ao munícipe, que DUAT seja cadastrado - registrado | Despacho directo do PM Alteração da nova postura | 25 |
| Delegação ao diretor a responsabilidade de aprovar / indeferir TODOS os projectos de desenvolvimento (complexos e simples) | Despacho directo do PM Alteração da nova postura | 15 |
| Aceitação da informação proveniente do profissional ou técnico para efeitos de eliminar a necessidade de RI fazer uma própria descrição. | Despacho directo do PM Alteração da nova postura | 15 |
| Para os casos de AdRM e EDM, mudar conceito de 'parecer favorável' por 'disponibilidade de recurso'. | Diploma ministerial ou acordo entre CMM e as instituições | 15 |
| Eliminar os pareceres de entidades externas que não são vinculativos. | Despacho directo do PM Alteração da nova postura | 15 |
| Antecipar o pedido dos pareceres favoráveis obrigatórios ao nível das instituições públicas, bem como, das empresas concessionárias do serviço público em vista a reduzir o tempo de espera na emissão das licenças de construção. | Despacho directo do PM Alteração da nova postura | 30 |
| A unificação da Licença de utilização e certidão de benfeitorias em um único documento. | Despacho directo do PM Alteração da nova postura | 30 |

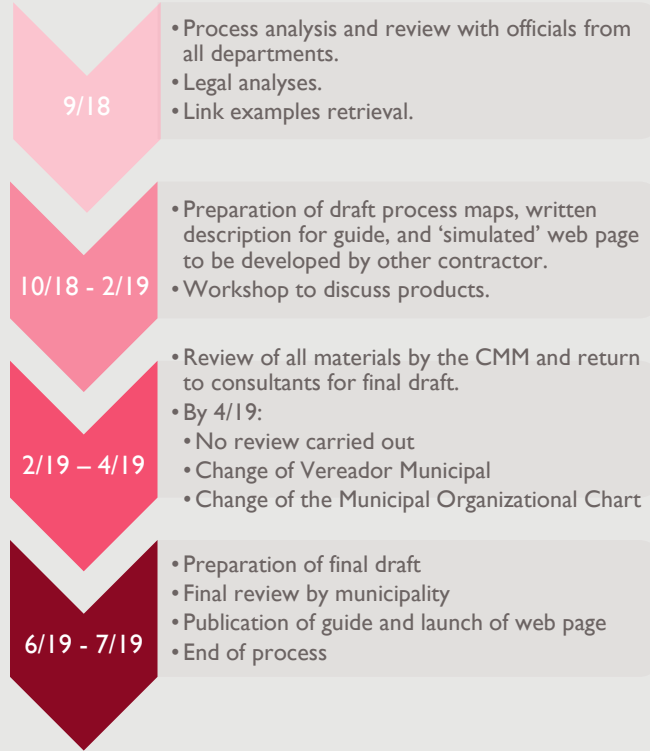
SCHEDULE

The products were scheduled to be delivered by summer 2019.

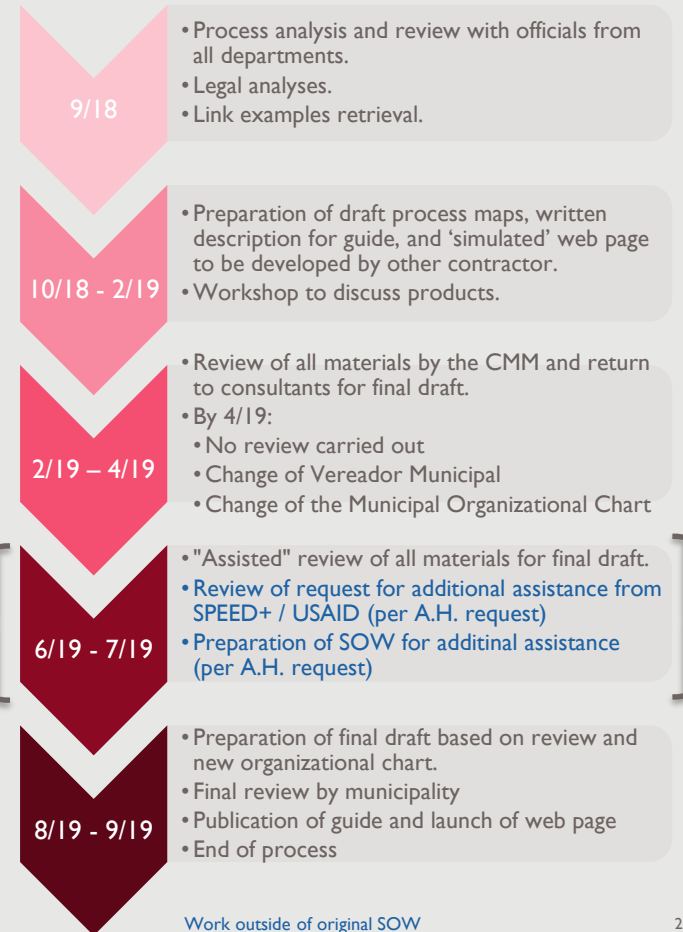
Changes in the municipal authorities, modification of the organizational chart, and need to provide 'assisted' review by the municipality of the draft products were the main reasons for a 1 – 2 month delay on the schedule.

Some work outside the SOW was carried out to define SOW of the activities that would be required to provide additional support from SPEED+ that was reequested by the CMM in April.

Planned



Actual



Next steps

- Final version art of guide (end of September - middle of October)
- Final review by municipal staff (Vereador)
- Launch of guide (mid to end October)
- **Suggestion:** launch printed guide (current product) with informational web page and construction licensing online service, no later than November 15.
- Initiate Phase 3 with the goal of having the DUAT-related processes mapped, incorporated into the guide and accompanied by additional recommendations on or about March 30.

Stelia Narotam
Arturo Samper

